



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**A HUMANIDADE POR TRÁS DA OBJETIVIDADE:
REAIS EFEITOS E CONSEQUÊNCIAS DAS UNIDADES DE POLÍCIA
PACIFICADORA (UPPS) NO RIO DE JANEIRO**

João Pedro Figueiredo Alves

Rio de Janeiro/RJ
2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**A HUMANIDADE POR TRÁS DA OBJETIVIDADE: REAIS EFEITOS E
CONSEQUÊNCIAS DAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPPS) NO
RIO DE JANEIRO**

Monografia de graduação apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação Jornalismo.

JOÃO PEDRO FIGUEIREDO ALVES

Orientadora: Prof. Dra. Marialva Barbosa

Rio de Janeiro/RJ
2013

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação Jornalismo.

Aprovado por

Prof. Dra. Marialva Barbosa

Prof. Dra. Cristiane Costa

Prof. Dr. Marcio Tavares d'Amaral

Aprovado em

Grau

Rio de Janeiro/RJ

2013

ALVES, João Pedro Figueiredo

A humanidade por trás da objetividade: reais efeitos e consequências das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro/ João Pedro Figueiredo Alves – Rio de Janeiro; UFRJ/ECO, 2013.

Número de folhas (assim ex: 70f.).

Monografia (graduação em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2013.

Orientação: Marialva Barbosa.

1. UPP. 2. Borel e Turano. 3. Governo. I. BARBOSA, Marialva II. ECO/UFRJ III. Jornalismo IV. A humanidade por trás da objetividade: reais efeitos e consequências das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro

RESUMO

Essa monografia pretende analisar a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora nas comunidades do Morro do Turano e do Morro do Borel e todas as implicações que chegam abarcadas a elas. Desse modo, a proposta é relatar os benefícios, problemas e as esperanças encontrados em visitas a campo e entrevistas com moradores e policiais dessas comunidades, realizadas entre junho de 2010 e agosto de 2011, a fim de traçar um perfil geral dessa ocupação e analisar as mudanças que ocorreram neste período – bem como o que se deve esperar no futuro próximo.

PALAVRAS-CHAVE: UPP, GOVERNO, FAVELA, POLÍCIA, COMUNIDADE

AGRADECIMENTOS

Aos diretores, professores, alunos e funcionários do Colégio Estadual Herbert de Souza, pela recepção, pela “base territorial” nos primeiros dias, pelo apoio, pelos depoimentos e pelo interesse, atenção e consideração comigo e com o trabalho.

A todos os moradores das duas comunidades, que ajudaram com informações sem as quais a realização desse trabalho seria impossível.

A todos os policiais das UPPs do Turano e do Borel, especialmente aos capitães Amaral e Beltran e aos soldados Harley, Araújo e Malafaia, pela ajuda, pelo tempo, pelo interesse, pela disposição e pelo cuidado com a minha segurança – e a de Alexandre.

A rede de lideranças comunitárias do Borel, especialmente a Mônica, Claudia e Roberta, pela recepção, pela atenção, pelas opiniões, pelos relatos, pela abertura e por estarem de braços abertos nas reuniões, bem como por apresentarem novas pessoas, que só enriqueceram a minha vida.

A ONG Roda Viva, especialmente a Tatiana e a Dona Ivete, do projeto “Mulheres Guerreiras”, pelo carinho e pela recepção.

Aos meus amigos Ana Carolina Correia, Igor Soares, Vinicius Cunha, Daniel Britez e Alexandre Kubrusly pela ajuda imensurável na execução deste trabalho e por anos de risadas. Especialmente ao Alexandre, a quem pertencem os créditos de todas as imagens contidas nesta monografia.

Aos meus tios, aos meus amigos e amores de escola, de faculdade, de albergue, de viagens e de trabalho, por (serem) absolutamente tudo na minha vida. Eu amo vocês.

To Brendan Metaxas, for making these final steps easier, sweeter, lighter and more special than anything I could have ever imagined.

*"O Rio é uma cidade de cidades misturadas.
O Rio é uma cidade de cidades camufladas.
Governos misturados, camuflados, paralelos,
Sorrateiros, ocultando comandos"
(Rio 40 graus - Fernanda Abreu, Fausto Fawcett, Laufer)*

1. INTRODUÇÃO	9
2. “UPP É O CARALHO! É NÓIS” [SIC]: RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO	17
2.1. O surgimento das favelas no Brasil e o fortalecimento do tráfico de entorpecentes; a primeira impressão em campo	17
2.2. A Polícia pacificadora	19
2.3. Família, saúde, lazer, segurança, cultura e educação: uma mudança de hábitos e perspectivas	26
2.4. Relações com o poder - paralelo e público	30
2.5. Associação de moradores – direitos, deveres e reivindicações das comunidades	33
2.6. O comércio e os serviços públicos e particulares – regulamentação, concorrência e manutenção	37
2.7. Turano e Borel: Resultado da Pesquisa de Campo	39
2.8. A valorização (e a especulação) imobiliária – favela e "asfalto"	44
2.9. A vida no asfalto: mudanças, expectativas e especulações	47
2.10 O Governo e as ocupações: escolhas e consequência	48
2.11 Metodologia	51
3. “ALL EYES ARE WATCHING US”: A MÍDIA E A PROXIMIDADE DOS MEGAEVENTOS	55
3.1. A cobertura da mídia nacional e internacional – “ <i>All eyes are watching us</i> ”;	56
3.2. O que aguardar a seguir	61
4. CONCLUSÃO	64
5. BIBLIOGRAFIA	69

1. INTRODUÇÃO

Essa monografia tem como tema o cotidiano das comunidades do Morro do Borel e do Turano após a chegada das respectivas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), analisando as reais consequências desta mudança na vida das populações locais e dos habitate do “asfalto” na vizinhança. O objetivo é entender como – e porque – um projeto objetivo como o das UPPs apresenta gritantes diferenças em duas comunidades próximas.

Para isso, o trabalho foi dividido em quatro partes: um breve histórico da introdução das UPPs no Rio de Janeiro e a apresentação das duas comunidades em questão; a divulgação dos resultados das visitas às comunidades e das entrevistas com os moradores das regiões, bem como a metodologia de pesquisa utilizada; uma breve análise acerca da atuação da mídia na divulgação das Unidades de Polícia Pacificadora; e as considerações e conclusões finais.

Um breve histórico por trás das UPPs

Em dezembro de 2009, após mais um grave episódio de violência na cidade do Rio de Janeiro, o recém-eleito prefeito da cidade, Eduardo Paes, em associação com o governo do Estado, sob o comando de Sérgio Cabral, decidiu que era hora de, finalmente, dar um fim ao domínio dos traficantes de drogas sobre os morros cariocas.

O estopim, um tiroteio aberto pelas ruas de Copacabana e Ipanema, seguido por uma invasão de ruas e domicílios da região da Ladeira dos Tabajaras, que faz a conexão entre algumas das áreas mais ricas e turísticas da cidade, fez com que o governo optasse pela implementação das chamadas UPPs – Unidades de Polícia Pacificadora –, a começar pelo morro do Pavão-Pavãozinho, que separa os bairros acima.

A notícia foi recebida com certa incredulidade pela população carioca. Acreditava-se em muitas coisas: no poder e no alcance gigantescos do tráfico, no descaso com os moradores das comunidades carentes, na corrupção e na violência das forças policiais locais, no conformismo velado do povo da cidade, que, apesar das evidências, insistia em fechar os olhos aos seus problemas mais gritantes, em prol de um ufanismo vazio de sentido e propósito. Mas, de modo algum, se acreditava no governo, e muito menos em sua capacidade de conter a monstruosidade com cuja aparição e crescimento ele próprio havia sido conivente.

A primeira ocupação se deu de forma tranqüila, sob os olhares receosos dos habitantes da cidade, tanto da favela ocupada quanto do asfalto, que viam nas UPPs mais uma manobra de propaganda dos governos, especialmente com a aproximação de mais um ano de eleições.

Expectativas, todos as tinham. E muitas. Mas, todos sabemos, os governos brasileiros têm um péssimo histórico quando se trata da manutenção de esforços e empreitadas, sejam elas bem ou mal sucedidas.

O BOPE – Batalhão de Operações Especiais da Polícia –, tido até hoje como a maior força do governo contra as facções do tráfico, e bastante popularizado após o filme “Tropa de Elite”, lançado em 2007, foi chamado para comandar a missão de “invadir” e retomar os morros dos traficantes. Com treinamento especial e táticas de guerra, o Batalhão conseguiu recuperar o Pavão-Pavãozinho, além de coletar armamentos, munições e drogas que eram utilizados pelos criminosos, bem como reforçar seu prestígio com a sociedade. Conforme o plano original do governo, e como efetivamente ocorreu, após algum tempo, e garantida a paz na favela, o BOPE deixaria a comunidade, que passaria a ser vigiada, agora do alto, pela Polícia Pacificadora. Essa nova polícia, que em muito ainda se relaciona com a Polícia Militar, e que não desfruta do mesmo prestígio social que o BOPE, ainda não inspira a mesma confiança na população das comunidades. Mas isso será examinado mais detalhadamente no estudo dos casos específicos do Morro do Turano e do Morro do Borel, na Grande Tijuca.

O morro do Pavão Pavãozinho, pacificado, pôde então receber recursos do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal. Hoje, a comunidade, além de uma localização e vista privilegiadas e uma entrada para o metrô de Ipanema, conta com novas habitações populares, serviços básicos que começam a chegar aos habitantes e um elevador/mirante panorâmico, que se tornou um atrativo da região, bem como um ponto turístico, o que contribuiu, inclusive, para a grande valorização imobiliária da região, seja em se tratando de favela ou de “asfalto”.

Dado o primeiro passo, uma a uma, as favelas do Rio de Janeiro ocupadas por diferentes facções de traficantes de drogas começaram a ser retomadas pelo poder público, que ia seguindo o mesmo modelo aplicado no caso do Pavão-Pavãozinho. Após a ocupação inicial do BOPE, a Polícia Pacificadora se instalava e iniciava-se a entrada e/ou regularização dos serviços, como água, luz, gás, TV a cabo, telefone, entre outras. A tendência seguinte, nas comunidades ocupadas, é a ocorrência de um pequeno “Choque de Ordem”, uma medida governamental de fiscalização, regulamentação, prevenção e repressão que simboliza os poucos anos da Prefeitura de Eduardo Paes.

Além das comunidades do Santa Marta, do Batan e da Cidade de Deus, que já experimentaram projetos semelhantes às UPPs em dezembro de 2008 e fevereiro de 2009, respectivamente, e que só exigiram um complemento às forças policiais que já estava ali

estabelecidas, as comunidades ocupadas a seguir foram o morro dos Tabajaras e do Chapéu-Mangueira, na Zona Sul, o morro da Providência, no Centro e Andaraí, Borel, Formiga, Macacos, Salgueiro e Turano, na Zona Norte e Grande Tijuca. E, se a princípio essas parecem poucas unidades, vale ressaltar que cada uma dessas comunidades agrega em si um sem número de favelas de menor escala, e que também se beneficiaram com a expulsão dos traficantes e com a implementação das Polícias Pacificadoras (figura 1).

Após essa série de ocupações que se mostram, até agora, bem sucedidas, as Unidades de Polícia Pacificadoras chegaram, em junho de 2010, ao Morro do Borel, e em setembro do mesmo ano, no Morro do Turano, objetos de estudo deste trabalho.



Figura 1 Mapa do Estado do Rio de Janeiro e as conseqüentes instalações das UPPs no território (Revista “Veja”, Novembro de 2010).

A Comunidade do Borel

O morro do Borel, durante muitos anos, foi um motivo de preocupação para os moradores da Tijuca. Localizado na entrada do Alto da Boa Vista, era dominado pela facção

criminosa “Comando Vermelho”, cuja reputação e ações violentas aterrorizavam a população, tanto da favela quanto do asfalto. Os traficantes do CV, além de promoverem arrastões, assaltos a residências e pedestres e de desfilar seus armamentos explicitamente em plena rua Conde de Bonfim, a principal via de circulação tijuicana, estavam em guerra declarada com o morro da Formiga, dominado pela facção rival, denominada “Terceiro Comando”, e localizada, literalmente, na calçada oposta da rua Conde de Bonfim. Também, pelo outro lado do morro, na comunidade da Casa Branca, a facção duelava com outro grupo, a ADA – Amigos do Amigos, o que transformava a região em uma verdadeira “faixa de Gaza”. A guerra armada entre os traficantes foi a responsável direta pelo aumento dos índices de criminalidade e mortalidade da região, pelo aumento exponencial da violência e pela gigantesca desvalorização imobiliária de toda a região.

Moradores do asfalto, que se viam a mercê de balas perdidas, vendiam seus imóveis a preços visivelmente abaixo do seu valor de mercado, e, uma série de empreendimentos imobiliários de grande porte foram abandonados ou interrompidos, tanto de natureza residencial quanto comercial. Além das evidentes casas e lojas abandonadas, a maior prova dos dias de violência ainda descansa na região: o esqueleto do que um dia foi um gigantesco supermercado da rede francesa “Carrefour”, abandonado e vazio desde 2004, uma triste recordação dos dias de assaltos, roubos, invasões e tiroteios recorrentes no estabelecimento, localizada, inclusive, a poucos metros dos pontos finais dos ônibus das linhas 413, 415 e 426, previamente referidos. Segundo relato da médica Regina Leporace, moradora da Tijuca, que já foi pega no meio de uma invasão, os assaltos na região e no supermercado eram frequentes. Como ela, vários cliente escondiam seus pertences, como bolsas e carteiras, jogando-as dentro e por trás dos estandes de mercadorias expostas, numa tentativa de escondê-los dos assaltantes armados. E até mesmo o Colégio Marista São José, uma das mais tradicionais instituições privadas de ensino do Rio de Janeiro, colocou revestimento à prova de bala em todas as suas janelas, e vinha registrando um número cada vez menor de matrículas por ano (figuras 2 e 3).



Figura 3 Vista do Colégio São José

Figura 2 Prédio do supermercado Carrefour

A inauguração do mercado, no ano de 1997, a iniciativa privada e o povo da Tijuca não foram páreo para a determinação dos traficantes de drogas que dominavam os morros da área, e o prédio abandonado permanece até hoje como um marco do descaso governamental, a verdadeira antítese do projeto original de revitalização e integração da região do qual a implantação do supermercado fazia parte. O abandono da região prosseguiu por muitos anos, acompanhado pela escalada da violência, até que a Unidade de Polícia Pacificadora enfim chegou à comunidade.

“A UPP do Borel, inaugurada dia 7 de junho de 2010, abrange além do próprio Morro do Borel, mais sete comunidades da região da Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro. São elas: Indiana, Catrambi, Morro da Cruz, Bananal, Casa Branca, Chácara do Céu. Esta foi a oitava UPP a ser inaugurada e a primeira na Zona Norte. São cerca de 20 mil moradores atendidos e 300 policiais, comandados pelo capitão Bruno Amaral”¹. O morro da Formiga, antigo rival do Borel, também já se encontra pacificado.

¹ Informações obtidas no site <http://upprj.com>, da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro.

A comunidade do Turano

Localizado em uma área “estratégica” da cidade, pois engloba os bairros da Tijuca e do Rio Comprido e concentra grande parte das vias de conexão entre as zonas Norte e Sul da cidade, como o Túnel Rebouças, o Túnel Santa Bárbara e o próprio Centro da cidade, o morro do Turano, em sua totalidade, engloba oito comunidades: Chacrinha, Matinha, 117, Liberdade, Pedacinho do Céu, Paula Ramos, Rodo e Sumaré. O morro apresenta dezoito entradas, ao longo da Tijuca e do Rio Comprido, e uma população de aproximadamente 20 mil pessoas.

A comunidade nunca apresentou o mesmo nível de abandono que o Borel, devido à sua localização geográfica, à presença intensa de comércio e escolas e à realização de projetos sociais na região, principalmente da autoria de Herbert de Souza, o Betinho, cientista social e ativista político de defesa dos direitos humanos. A atuação do sociólogo fez com que o governo nomeasse um colégio estadual da região em sua homenagem, colégio esse que em 2002 foi transferido para o interior da comunidade, na subida do morro.

Apesar desses projetos, a violência nunca deixou de ser uma preocupação para as famílias que moram na comunidade, e igualmente para os moradores do “asfalto”. Do mesmo modo que ocorreu com o Borel, o morro do Turano, sob o domínio dos traficantes de drogas, foi responsável pela desvalorização imobiliária da região, o que, aliado com o descaso do governo, levou ao abandono de residências e estabelecimentos comerciais, em virtude da violência e dos assaltos. Um marco comercial da região, a casa de festas de luxo “Le Buffet”, localizada no Rio Comprido e tida até então como um dos lugares mais nobres para realização de eventos no bairro e na região, fechou as suas portas, e conserva como cicatrizes dos dias de violência buracos de bala perdida, que levaram a gerência do estabelecimento, ainda nos tempos de funcionamento, a colocar cortinas escuras e pesados revestimentos em suas grandes vitrines externas.

Outro marco do Rio Comprido, localizado na frente do morro do Turano, um campus da Universidade Estácio de Sá, também foi vítima da violência da região, e ganhou notoriedade na mídia. Em cinco de maio de 2003, a estudante de enfermagem Luciana de Novaes, na época com 19 anos, foi atingida por um projétil no pátio de entrada da universidade e ficou tetraplégica². O caso teve grande repercussão na cidade, e reacendeu a discussão sobre a necessidade de dar um fim ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro, e a Universidade chegou a fechar as suas portas por alguns dias (figura 4).

² <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/05/03/295606433.asp>

Mas o descaso do governo foi mais forte, e, quatro anos depois, no dia cinco de maio de 2003, outra estudante, Renata Ramires, de 31 anos, foi ferida na coxa por uma bala perdida³. Nem mesmo esse outro incidente foi capaz de garantir uma resposta mais firme e definitiva da Secretaria de Segurança. Mas também, ainda não tínhamos os “incentivos” de 2014 e 2016...



Figura 4 Pátio da Universidade Estácio de Sá, onde a estudante Luciana de Novaes foi baleada.

O túnel Santa Bárbara também aparecia frequentemente nos noticiários, uma vez que eram recorrentes os arrastões promovidos por bandidos da região, especialmente em se tratando de um local fechado e sem saídas ou rotas alternativas.

O BOPE ocupou o morro do Turano no dia 10 de agosto de 2010, para a instalação daquela que seria a 12ª Unidade de Polícia Pacificadora na cidade do Rio de Janeiro. A operação foi breve, mas foi a única das UPPs instaladas que registrou algum conflito entre traficantes e policiais, inclusive com a morte de bandidos. Segundo o BOPE, no entanto, o conflito não foi com traficantes do Turano, mas do complexo de Santa Teresa, que temiam uma invasão a outras áreas⁴. Após o processo de ocupação pelo BOPE e de transição com a Polícia Pacificadora, foi inaugurada, no dia 30 de setembro de 2010, a UPP Turano, com a presença expressiva da comunidade.

³ Informações obtidas em <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI104793-EI316,00-Estudante+e+baleada+em+faculdade+no+Rio.html>. Acesso em outubro de 2010.

⁴ Informações portal de notícias Terra Online, do dia 10 de agosto de 2010. <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/bope-ocupa-morro-do-turano-para-instalar-12-upp-do-rio,2ca892baf490b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>

Portanto, em virtude da sua localização, do grande contingente populacional dos arredores, do farto comércio, do volume de pessoas que circula pela região e dos acessos entre bairros de grande importância e movimento da cidade fazem da UPP do Turano e da pacificação da área um interesse de toda a sociedade, mais do que no caso do Borel, cujo maior interessado é a própria comunidade.

2. “UPP É O CARALHO! É NÓIS” [SIC]: RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

O título escolhido para esse capítulo, onde será feita a apresentação dos dados coletados em campo, pode parecer pouco ortodoxo, sobretudo em se tratando de uma apresentação acadêmico-científica. No entanto, por diversas vezes ao longo das pesquisas e deslocamentos para a realização deste projeto, a frase acima foi encontrada, em forma de pichação, especialmente em ônibus da empresa “Alpha”, nas linhas 413, 415 e 426, que tem como ponto final a usina, onde ficam localizadas as comunidades do Borel e da Formiga, além de cruzar os trechos da tijuca onde ficam localizados os morros do Turano e do Salgueiro.

2.1. O surgimento das favelas no Brasil e o fortalecimento do tráfico de entorpecentes; a primeira impressão em campo

Para entender o surgimento das primeiras favelas é necessária uma rápida viagem no tempo através da história brasileira que remete aos anos de 1850 e 1888.

Nesse período, o Brasil recebia imigrantes europeus para preencher o esvaziamento crescente na mão-de-obra agrária brasileira. Não era do interesse da elite nacional, porém, que esses imigrantes se tornassem proprietários de terra. Foi por isso também que em 1850 foi aprovada a Lei de Terras, determinando que as terras públicas só poderiam tornar-se propriedade privada por meio da compra, e não mais por doação ou posse. Obviamente, os preços pelas terras férteis eram exorbitantes, impedindo que essa leva de imigrantes, escravos com carta de alforria e outras pessoas dessa faixa populacional conseguissem acesso a terra e desenvolvessem o que hoje é chamado de agricultura familiar, ou que até mesmo puxassem o desenvolvimento de um mercado interno que contrariaria o plano econômico elitizado brasileiro, que priorizava o modelo de *plantation*.

Décadas depois seria promulgada pela Princesa Isabel a Lei Áurea, decretando a extinção da escravidão em território nacional, de modo que os escravos foram substituídos nos latifúndios pelos imigrantes. Por outro lado, os escravos também não possuíam condições de arcar com o alto preço da compra de terras férteis decorrente da Lei de Terras de 1850 nem mesmo se recebessem indenização pelo período em que trabalharam em regime escravocrata. A solução foi a ocupação de áreas que não eram consideradas férteis e, portanto, ignoradas tanto pela Lei de Terras quanto pelo governo e elite brasileira. No caso do Rio de Janeiro, essas áreas em sua grande maioria se tratavam de morros.

É nesse contexto de descaso que as favelas nasceram, se desenvolveram e foram consolidadas. No início do filme *Cidade de Deus* (2002), de Fernando Meirelles, que constrói um olhar que busca entender esse fenômeno, há um relato do personagem Buscapé que enfatiza justamente essa idéia de descaso que se mostra relevante mesmo não se tratando particularmente das comunidades nas quais esse estudo se concentra:

A gente chegou na Cidade de Deus com a esperança de encontrar o paraíso. Um monte de famílias tinham ficado sem casa, por causa das enchentes e de alguns incêndios criminosos em algumas favelas. A rapaziada do governo não brincava. ‘Não tem onde morar? Manda pra Cidade de Deus.’. Lá não tinha luz, não tinha asfalto, não tinha ônibus, mas pro governo dos ricos não importava o nosso problema. Como eu disse, a Cidade de Deus fica muito longe do cartão-postal do Rio de Janeiro. (MEIRELLES, 2002)

O descaso por parte do governo, da imprensa e sociedade se transforma em intolerância quando a desigualdade social se materializa em uma “distribuição de bens ‘robin hoodiana’”, e torna-se impossível ignorar toda a pobreza contida nas favelas. É então que se inicia o papel dos meios de comunicação descobrindo e divulgando aquele território como se ele houvesse nascido de repente.

É, então, nesse cenário que nas favelas, os traficantes passam a ser uma figura heróica (substituindo o Estado no papel assistencialista e jurídico-penal, inclusive) e a corporação policial é vista como instituição corrupta e violenta, grande fonte de abuso do poder de polícia legítimo que lhe foi concedido pela autoridade estatal.

Além disso, o tráfico se transforma na única escolha de carreira viável para a juventude desses locais. A maior parcela dos jovens, quando escolhe estudar e se formar, não consegue concluir sua meta, pois logo se depara com a falta de condições financeiras para arcar com os custos, e, ao mesmo tempo, precisam trabalhar para ajudar no sustento familiar. Em contrapartida, o jovem que escolhe a vida criminosa ganha boa quantidade de dinheiro de forma rápida e status bem mais elevado do que os outros jovens. Ricardo Henriques, secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro e responsável pela chamada UPP Social, reafirmou, em entrevista ao jornal *O Globo*, esse efeito que ele chama nas comunidades que receberam a UPP de “herança do tráfico”:

Os donos do morro foram embora, mas ficou o jovem que estava na endolação, que ia para a escola e tirava uma grana enrolando baseado. Precisamos ter um projeto sedutor para ele, que vivia numa rede de poder perverso. Era quem carregava o fuzil, que ficava com a menina mais bonita do morro. A juventude desses locais tem um perfil curioso. O jovem tem grandes fragilidades, como baixíssima

escolaridade, mas uma grande capacidade de iniciativa, de trabalhar em equipe e de fazer que os outros trabalhem, tudo o que o mercado de trabalho valoriza hoje.⁵ (HENRIQUES, 2010)

No início da pesquisa de campo, subindo pela primeira vez a comunidade do Turano acompanhado do colega Alexandre Kubrusly, também aluno da Escola de Comunicação da UFRJ que decidiu me acompanhar para fotografar a realidade nas comunidades (imagens, inclusive, presentes neste trabalho), notei certo distanciamento, tanto dos moradores quanto dos policiais, em relação à nossa presença, pelo menos até que nos apresentamos e justificamos porque estávamos ali. Muitos nos encaravam, e um dos moradores, inclusive, passou de bicicleta pelo grupo e sussurrou: "Só playboy...". E realmente senti que, naquele momento, essa não era a opinião apenas daquele morador, mas a de todos os habitantes da comunidade que estavam na entrada do Turano.

2.2. Impressões sobre a Polícia Pacificadora

“Só a polícia não representa a entrada completa do Estado na comunidade. Ela é apenas o primeiro órgão do Estado a entrar”.
(Capitão Amaral, UPP Borel)

Antes de qualquer coisa, é preciso destacar a boa recepção que eu e Alexandre tivemos por parte dos policiais de ambas as UPPs instaladas após nos identificarmos. Tanto no Turano quanto no Borel, os soldados e os capitães foram extremamente educados, solícitos e prestativos. Os policiais das UPPs não são, conforme termos que ouvi de alguns moradores e do próprio capitão da UPP do Turano, “brucutus”, grosseiros e truculentos, como se imagina pela polícia antiga e cuja imagem temos mais comumente pré-estabelecida. Eram, sim, pessoas bastante educadas, escolarizadas e dispostas a ajudar – pelo menos foi isso que pudemos perceber ao longo das nossas visitas.

Isso se deve, em grande parte, ao treinamento especial que os policiais da UPP recebem. Além das aulas específicas e prévias à formação, eles recebem cursos extras de capacitação, o que os deixa mais preparados e articulados. Os capitães de todas as UPPs, por exemplo, além da formação diferenciada, embarcaram em uma viagem para a Colômbia,

⁵ Informação disponível no jornal “Extra” Online, do dia 12 de setembro de 2010.
<http://extra.globo.com/noticias/rio/projeto-em-favela-com-upp-tera-prioridade-em-relacao-ao-resto-do-rio-364488.html>

financiada pelo governo estadual, para aprenderem mais sobre as iniciativas que deram certo no país em relação às forças de polícia.

Mas o que talvez seja a diferença fundamental desses policiais para os antigos é aquilo que está na própria essência do projeto das UPPs: a presença constante. A participação desses oficiais na vida dos moradores da comunidade passa a ser definitiva e frequente, e não apenas baseada em incursões momentâneas para eventuais apreensões e trocas de tiros. É essa mudança no próprio conceito de “polícia” que faz com que essas pessoas que conheci tenham uma mentalidade, uma postura e uma atitude bastante diferentes da antiga polícia.

Como decorrência, percebi que os policiais cultivaram relações, ainda que não completamente harmoniosas, ao menos de coexistência pacífica com os moradores. Eles procuravam cumprimentar todos que passavam, e, em vários momentos da entrevista, se mostraram satisfeitos com os resultados atingidos na área da segurança e dos direitos humanos, como com o fim dos “tribunais do tráfico” e da violência contra os moradores e trabalhadores honestos. Tanto é que ambos usaram a mesma expressão ao tratar do assunto: “morte por arma de fogo, aqui não há mais”.

O meu primeiro entrevistado da Polícia, e que foi justamente o primeiro contato que tive com as UPPs propriamente ditas, foi o capitão Almir Beltran, da comunidade do Turano. Além de bastante interessado na pesquisa, ele se mostrou igualmente preocupado com a nossa segurança – ainda mais considerando a câmera fotográfica que Alexandre levava consigo –, e, após nossa conversa, destacou dois de seus oficiais para nos acompanhar aos locais do morro que antes eram ocupados pelos traficantes, deixando-os à nossa disposição, inclusive para futuras visitas à comunidade.

Foi graças ao capitão e aos policiais Harley e Araújo que pude conhecer a quadra da comunidade, onde antes ocorriam os bailes funk (figura 5), território dominado por traficantes, e a localização chamada “Arraia” (figura 6), onde era a sede da antiga iniciativa governamental da “Polícia Comunitária”, que estava também completamente destruída e tinha se tornado uma “boca-de-fumo”.



Figura 5 e 6. À esquerda, foto do antigo ponto de encontro dos traficantes do Turano. À direita, local conhecido como "Arraia", antiga boca- de fumo da comunidade.

Durante a entrevista, o capitão Beltran nos informou que o objetivo UPPs, como um todo, não era acabar com o tráfico de drogas. Na verdade, eram três as metas da pacificação:

- 1 – Retomada de território, de modo a recuperar uma área antes abandonada pelo poder público e sujeita à dominação de poderes paralelos;
- 2 – Acabar com a imposição (e a exposição) das armas pelos traficantes;
- 3 – Fim dos confrontos, tanto com a polícia ou com facções rivais, que são justamente os momentos que causam pânico e morte por balas perdidas e armas de fogo, em geral.

Ou seja, a meta principal de uma UPP não é o controle do tráfico de drogas, mas da violência. O controle do tráfico acaba ocorrendo de forma indireta, uma vez que tráfico e violência se confundem constantemente, e que os maiores problemas de resistência que ambos os capitães tem encontrado recentemente dizem respeito ou ao consumo de drogas interno das favelas ou às pessoas que perderam financeiramente com a chegada das UPPs e o subsequente fim do domínio do tráfico.

Na verdade, o que foi possível depreender dessa primeira entrevista, e que acabou sendo confirmado pelo capitão Amaral, do Borel, é que os policiais não têm a pretensão de acabar com o tráfico de drogas, na medida em que o consumo interno da favela é extremamente difícil de ser controlado, devido ao uso de estratégias de fuga como o “tráfico volante”, e a dificuldade de se prender alguém em flagrante, além do falso uso do “disque-denúncia” como estratégia de distração das forças policiais. Mas a venda externa caiu drasticamente, afirmam, estando praticamente extinta nas comunidades.

Com relação às denúncias, percebi que, tanto no Turano quanto no Borel, os policiais tem se valido muito das informações fornecidas pelos moradores, o que pode ser confirmado em pesquisa nos principais veículos noticiosos da cidade, e que, segundo o capitão Amaral, do Borel, são “a confirmação do apoio da população à iniciativa e o que lhes dá respaldo e legitimidade para agir”.

Mas é justamente quando se sai da área da “segurança” propriamente dita que os atritos com os policiais começam. Os dois capitães relataram casos de desgaste com a comunidade devido à proibição dos bailes funk, que, segundo eles, causavam uma série de problemas. No Turano, além de jovens fazendo sexo nas ruas e do uso de drogas nas festas, o contêiner da UPP também foi apedrejado em mais de uma ocasião.

No Borel, o capitão proibiu o funk e tentou liberar gradativamente esse tipo de manifestação musical, começando por ritmos mais “tranqüilos”, como o pagode. Nas quatro tentativas iniciais, foram necessárias quatro intervenções policiais, de modo que o capitão optou por proibir de vez as festas. Ambos alegam que a comunidade quer desrespeitar horários de silêncio, e não sabem agir sem violar os direitos do próximo, mas concordam que é muito difícil tentar impor a lei a territórios formados e mantidos pela ilegalidade, e abandonados pelo poder estatal, sobretudo para pessoas que não tem o menor respeito pelo próprio sistema que os “excluiu” da esfera social. A esse respeito, a declaração mais marcante também é do capitão Amaral, do Borel, segundo o qual “a flexibilidade vai até certo ponto”. Ou como disse Mônica Francisco, formada em Ciências Sociais pela UFRJ, moradora do Borel, meu contato na rede de lideranças comunitárias do Borel: “O bicho pega quando mexem com a cervejinha do povo”.

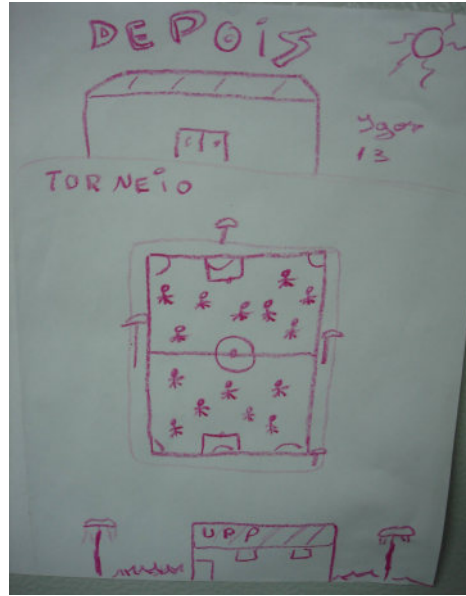
Os efetivos nas comunidades, por sua vez, são bastante diferentes. O Turano, que tem 18 acessos, conta com 180 homens, o que segundo o capitão Beltran, não é suficiente. O Borel, por outro lado, é a segunda maior UPP, e conta com 300 homens, sendo que eram 400 no início da ocupação, sendo que o capitão Amaral considera esse número mais do que suficiente.

Quando perguntei se era possível que houvesse algum policial corrupto no grupo, eles não negaram a hipótese em definitivo, mas acharam bastante improvável. “O policial não é perfeito como nenhum ser humano é perfeito”, foi o que disse o capitão Beltran. A convivência diária, mais uma vez, tem efeito bastante forte na relação de confiança entre as pessoas, o que também se aplica, nesse caso, entre os próprios agentes de polícia, ainda que os soldados não tenham sido escolhidos pelos próprios capitães.

Um assunto que automaticamente surgiu nas primeiras entrevistas foi a relação dos policiais envolvidos na operação com as crianças. No Turano, o capitão Beltran já nota a diferença na relação das crianças com os policiais, em função da participação dos policiais em projetos sociais, como, por exemplo, a UPP da Criança, que reúne jovens de todas as comunidades pacificadas no Maracanãzinho, no dia 11 de outubro, véspera do dia das crianças. No Borel, o capitão Amaral organiza torneios de futebol, além de conseguir ingressos grátis, ainda que para um número pequeno de crianças, para eventos especiais, como o show da Xuxa, o circo do ator Marcos Frota e o show dos Jonas Brothers, sendo que neste último foram sorteadas dez crianças de cada comunidade para assistir. Em uma de suas entrevistas, uma das falas mais marcantes do capitão foi justamente a respeito das crianças: “é por elas que eu faço isso”.

Na parede da UPP do Borel, o capitão exibe orgulhosamente alguns desenhos que tinham recebido dos meninos e meninas do Borel. Abaixo, estão os dois preferidos dos soldados. A figura 7 mostra o “antes e depois” dos jogos de futebol na quadra da Chácara do Céu, comunidade onde está o contêiner da UPP com o desenho de revólveres sendo disparados e balas cortando o campo, enquanto pessoas correm desordenadamente como “antes”, e a tranquilidade e a organização do “depois”.

Aliás, nesse desenho, há outra característica bastante marcante que será desenvolvida no tópico sobre a regularização dos serviços públicos: no “depois”, as margens do campo de futebol estão cercadas de postes de iluminação que não estavam lá anteriormente. Já a figura 8, desenhada por um menino de 15 anos, apresenta uma frase bastante significativa: “É só questão de tempo. É o fim do sofrimento”. E a palavra “paz”.



Figuras 6 e 7 “Antes” e “Depois” dos torneios de futebol.

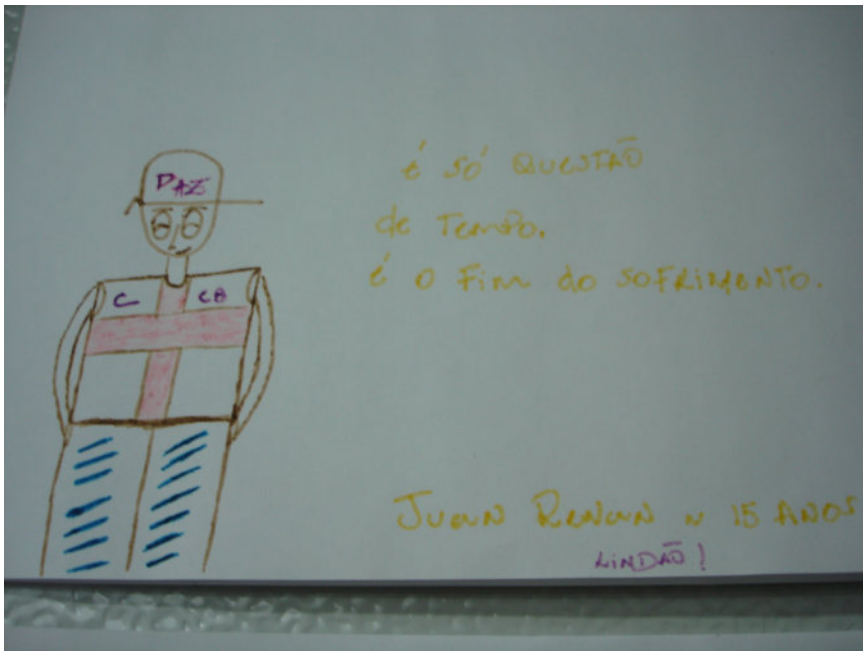


Figura 8 “É só questão de tempo. É o fim do sofrimento”.

A esperança do capitão é que, ao menos os mais novos mudem sua visão de “herói” que centrava-se na figura do traficante, e a mude para os agentes de polícia. No entanto, segundo os capitães Amaral e Beltran, os jovens da “faixa de risco”, que vai de 12 a 25 anos, continuam sendo monitorados, pois sofreram influência dos traficantes durante muito tempo.

No Borel, o capitão Amaral falou com um tom bastante irônico do maior problema que eles têm: um jovem de 18 anos, com o codinome “Pingüim”, e que eles não conseguem prender definitivamente, e que por isso está sendo constantemente vigiado pelo próprio serviço de Inteligência da Polícia. O capitão Beltran, por sua vez, contou que eles haviam recentemente prendido uma menina de 14 anos, namorada de um traficante, que carregava uma quantidade significativa de drogas. O monitoramento se aplica ainda à fuga de bandidos das comunidades pacificadas para outras que ainda não receberam a UPP, como a cidade do Rio de Janeiro vivenciou em grande escala nas últimas semanas de 2010, com as invasões do Complexo do Alemão, na Zona Norte da cidade.

O que os dois capitães apontam como uma grande vitória é o fato de a favela não ser mais um território de fuga institucionalizado para os criminosos do asfalto. Crimes como assaltos e estupros, que antes não aconteciam nas comunidades, por causa da presença do tráfico e seus “tribunais”, e que eram cometidos no asfalto por criminosos que se escondiam nas comunidades, não ficam mais impunes pela simples entrada dos criminosos na favela. E a ausência dos tribunais do tráfico faz com que questões antes ocultas dentro das comunidades venham à tona. Desse modo, o aumento de registros de crimes como violência doméstica, por exemplo, deve ser visto como uma evolução e uma consequência natural da pacificação: a entrada da polícia na comunidade permite às vítimas de crimes desta natureza denunciar seus agressores.

Quanto à localização dos contêineres, pode-se notar algo muito interessante. No Borel, o capitão Amaral e seus 300 homens tomam conta de sete favelas da região. O contêiner da UPP está localizado na comunidade da Chácara do Céu, no ponto mais alto da região. A área parece bastante com uma cidade do interior, e suas ruas e calçadas se encontravam em boas condições, resultado das obras do projeto “favela-bairro”. O local da UPP é bastante simbólico, pois a dinâmica do tráfico era a seguinte: de um lado do morro, estava o Borel, dominado pela facção “Comando Vermelho”; do outro, a comunidade da Casa Branca, dominada pela facção “ADA – Amigos dos Amigos”. No meio, a Chácara do Céu, território neutro onde as facções se encontravam para duelar, atirando a esmo, independente da presença de quaisquer pessoas presentes nos espaços comuns da comunidade, mesmo crianças ou idosos. Assim, ouvi alguns depoimentos de moradores que diziam que depois das 17h30, as ruas ficavam desertas, pois ninguém mais podia passar, devido à real possibilidade de ser alvejado.

Diferente do Turano, a sede da UPP do Borel se encontra bem no alto da comunidade, em um local que funciona como uma espécie de panóptico de Benthan, onde o prédio da UPP representaria o ponto onde se é capaz de vigiar a comunidade. A sensação que se tem com a UPP no alto é justamente a de policiamento, de vigilância constante, mas, ainda assim, e talvez o aspecto mais importante, de certa “expansão das fronteiras” da cidade, cujo território agora inclui a favela; sensação, alias, bastante diferente da impressão de sufocamento que se tem quando, mal entrando no morro do Turano, um visitante pode se deparar com dois contêineres da UPP (figura 09). Nesse sentido, a impressão que se tem com o Turano é que a comunidade está sendo fechada, “sufocada” mesmo, como se faz nas prisões, com suas entradas e saídas constantemente vigiadas. Ou, nas palavras simples mas sempre exatas de Monica, que também conhece o morro do Turano, “espremida, como uma espinha, cheia de pus.”



Figura 9 UPP Turano, localizada na base da comunidade.

2.3. Família, saúde, lazer, segurança, cultura e educação: uma mudança de hábitos e perspectivas?

Com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras na Região da Grande Tijuca, o Governo do Estado espera uma mudança de perspectiva não apenas por parte dos traficantes da região, mas também dos moradores destas comunidades. Segundo o professor e pesquisador Márcio Simeone:

O distanciamento entre a polícia e o público, sua estrutura burocrática rígida e hierárquica, sua pouca sensibilidade à parceria decisória, aos quais se junta um acúmulo histórico de casos de abuso do poder policial e desrespeito aos direitos humanos, tudo isso costuma lançar dúvidas sobre a viabilidade e a capacidade da instituição policial de implantar uma prática deliberativa. (SIMEONE, 2008, p.40)

O presente estudo se ocupa desse aspecto da implantação da polícia comunitária: seu caráter deliberativo e, ao mesmo tempo, as mudanças que isto pode ocasionar na Região da Grande Tijuca. Segundo Simeone, a Polícia, "acostumada a *falar para* a sociedade, agora é instada a *conversar com* as comunidades" (SIMEONE, 2008, p.40). E um de seus objetivos é saber se, após estas "conversas", houve mudanças de perspectivas por parte da população no que tange a um campo de parcelas como família, saúde, lazer, segurança, cultura e educação.

Nesse sentido, a entrevista dada pelo secretário de Direitos Humanos, Ricardo Henriques, durante o evento "Dia da Favela", complementa essa perspectiva: "O primeiro passo é a pacificação. O segundo é o desenvolvimento. Muitas pessoas acham que a UPP vai chegar e vai logo mudar tudo e o desenvolvimento vai chegar na mesma hora. Não é assim."⁶

O que se propõe aqui ainda é indagar se com a UPP houve uma mudança de atitude dos moradores quanto à presença de traficantes, o tráfico e a violência na comunidade. Durante as entrevistas com os moradores, a maioria das pessoas apoiou a instalação das UPPs, pois segundo eles, trazia um sentimento de segurança e tranquilidade: "A UPP foi 100% positiva. Ainda mais para as crianças. Hoje em dia meus filhos tem a liberdade de brincar na rua sem ter medo de bala perdida.", afirma Marcos Lopes, morador do Turano. De modo que isto pode significar que a presença destas instituições realmente inibiu a atuação de traficantes na região e, inclusive, como pode ser observado em diversos noticiários do estado do Rio de Janeiro, determinou uma espécie de "migração da criminalidade".

⁶ Ricardo Henriques, secretário estadual de Assistência Social, em entrevista para o jornal *O Globo*, no dia 17/10/2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/apos-pacificacao-upp-social-a-aposta-do-secretario-estadual-de-assistencia-social-para-2938187>

O tráfico de drogas não deixou de existir na comunidade, mas certamente foi enfraquecido após a ocupação da Unidade de Polícia Pacificadora. Segundo relatos de alguns moradores, e dos próprios policiais, alguns traficantes ainda estão lá, participam ativamente da comunidade, vão a reuniões com a Polícia e informam aos traficantes "maiores" sobre como anda a situação na comunidade. Mas paralelamente à ocupação destas (e de outras) comunidades, houve um aumento significativo no número de crimes em regiões como a Baixada fluminense, o litoral fluminense e como foi possível perceber nas últimas semanas de 2010, um "acúmulo" de traficantes na região da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão.

Na questão da educação, em sentido mais "estrito", houve mudança de perspectivas em relação à segurança para se chegar às escolas da comunidade. Segundo algumas professoras e a diretora do Colégio Estadual Herbert de Souza, Adriane Brito, após a implantação da UPP, a frequência dos alunos, e principalmente dos professores, se tornou "constante". "Desde a ocupação eu já não ouço um tiro sequer aqui na comunidade", comentou a professora de química Regina Santos. E segundo Adriane, antes da ocupação, confrontos em plena comunidade impediam professoras e alunos de sequer chegar à escola.

As principais reclamações dos moradores do Turano hoje dizem respeito ao abandono sócio-cultural que a comunidade vem sofrendo após a ocupação; uma queixa feita, inclusive, pela própria secretaria da associação de moradores, Vanessa Santos: "Eles vêm aqui, instalam a UPP, e não fazem mais nada. O que todos esperavam, era que houvesse melhorias mais significativas, mas ainda estamos longe disso". E realmente, não havia nenhum projeto social maciço, integrado e articulado na comunidade, ou nenhuma perspectiva de realização ou implementação de um.

Já no Borel, a primeira mudança na comunidade começou com o processo de regularização de serviços, conforme relatos da moradora Suely Peixoto, secretária do Colégio Estadual Herbert de Souza. Em entrevista, ela disse que, até agora, a comunidade já recebe programação legalizada de TV a cabo e fornecimento regular de luz, pelo menos em algumas áreas da favela.

E outras mudanças, ainda mais agradáveis, se seguiram à legalização dos serviços. No dia 11 de outubro de 2010, véspera do dia das crianças, em uma ação coordenada pela UPP do Borel e que contou com o apoio de diversas empresas da região, a comunidade recebeu o evento "Criança em Paz com Alegria se Faz". A iniciativa incluía a distribuição e sorteio de cestas básicas, brinquedos, pipoca, refrigerante e bolo, além de apresentações culturais

infantis, como mostras de teatro e a apresentação dos cães da Polícia Militar, e campanhas do Sesc Rio de saúde e de conscientização acerca da importância de proteção do meio ambiente.

Ainda no mês de outubro, o Borel começou a colher os frutos sociais da sua paz recém-adquirida. A comunidade recebeu o programa de coordenação de políticas públicas da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, para complementar o trabalho que há quatro meses vem sendo realizado pela Polícia Pacificadora. O primeiro fórum da UPP Social reuniu mais de 100 pessoas na quadra do Ciep Antoine Margarinos Torres, sendo representantes do governo, da sociedade e moradores dos morros do Borel, Chácara do Céu e Casa Branca.

Na reunião foi decidido que seriam oferecidas inicialmente 1.200 vagas em cursos da Federação do Comércio de Bens e Serviços (Fecomércio) e pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). A UPP Borel é a terceira comunidade pacificada a receber o projeto social do Governo. Estiveram presentes no encontro o secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, Ricardo Henriques, o secretário municipal de Conservação, Carlos Osório, o comandante da UPP Borel, capitão Amaral, e representantes públicos das áreas de conservação, saúde, educação e assistência social do Rio de Janeiro e das secretarias de Estado de Turismo, Esporte e Lazer e de Cultura. Também participaram do encontro ONGs (Organizações Não Governamentais) como a Roda Viva, Jocum Borel e o Grupo Arteiras⁷.

Subindo a comunidade do Borel pela primeira vez, me deparei com dois trailers: um da "Embeleze" e outro do "Senac". Os carros ofereciam cursos e serviços aos moradores gratuitamente. Além da presença do cinema itinerante (Cine Tela Brasil), um projeto que oferece sessões de cinema gratuitas a algumas comunidades, como ao Borel (figura 10). No Turano, no entanto, estas ações sociais ainda não se mostraram tão presentes como no Borel. Segundo o Comandante da UPP do Turano, elas existem sim, como por exemplo, o sorteio para levar crianças a shows, como a recente apresentação da banda Jonas Brothers, ainda que em menor escala.

⁷ Informações do "Blog da Pacificação: relatos de uma cidade integrada". www.blogdapacificacao.com.br. Acesso em 4 de outubro de 2010.



Figura 10 Projeto "Cine Tela Brasil" na comunidade do Borel.

2.4. Relações com o poder paralelo e público e a elevação de traficantes a "pessoas"

A instalação das UPPs representou uma ruptura extrema nos costumes e na cultura que há anos dominavam às comunidades nas quais as unidades se firmaram. Para aqueles que lá residem o tráfico, o consumo de drogas e a ilegalidade eram corriqueiros e até normais. Os moradores “de bem” eram obrigados a abaixar a cabeça, fechar os olhos e fingir que não viam os horrores que o tráfico impunha aos moradores que não admitiam as suas determinações.

O sentimento de impunidade era, com o tempo, transformado em indiferença. E o medo, uma constante. O tráfico era considerado a instância maior e os delitos, dos mais graves aos mais brandos eram submetidos ao “Tribunal do Tráfico”. As punições iam de pagamento de multa a sentenças de morte cruéis, como a mostrada no filme *Tropa de Elite*, de José Padilha, e conhecida como “microondas” onde o “sentenciado” era preso em uma pilha de pneus e queimado vivo.

Essa hierarquia é explicada por Roberto da Matta em seu texto *Carnavais, malandros e heróis* ao classificar o ser humano como “indivíduo”, no momento em que ele está fora dessa hierarquia, e em “pessoa”, no momento em que ele está inserido nela:

A noção de pessoa pode então ser sumariamente caracterizada como uma vertente coletiva de individualidade, uma máscara colocada em cima do indivíduo ou entidade individualizada (linhagem, clã, família, metade, clube, associação, etc) que desse modo se transforma em ser social (...)o lugar do indivíduo – em oposição ao lugar da pessoa – é nos sistemas onde não existem segmentos, ou melhor, onde os grupos que ocupam o lugar dos segmentos tradicionais são associações. De fato, o lugar do indivíduo é, como já disse Mauss, numa forma de totalidade radicalmente diferente: na nação. (DA MATTA,1979, p.223 - 224)

Desse modo o traficante assume uma postura superior a dos moradores comuns, se destacando como “pessoa” tratada no texto de Da Matta, passando a beneficiado e controlador de toda aquela sociedade que ali se encontra. Um exemplo forte dessa relação do traficante com o morador é a do comércio.

Segundo depoimentos de moradores, antes das UPPs, o comércio era controlado pelo tráfico e só poderia funcionar mediante o pagamento de taxas aos traficantes, submetendo-se às suas ordens. Muitos deles se alojavam em casas e lojas de moradores e obrigavam os donos a lhes darem abrigo e comida, usando de sua superioridade até mesmo dentro da casa destes indivíduos.

Durante a pesquisa, foi possível ver as marcas que o medo e a insegurança deixaram na personalidade de muitos dos moradores, marcas que podem ser irreversíveis. Muitos tinham medo de falar sobre o que testemunharam no passado, bem como dividir suas esperanças para o futuro da comunidade. A sensação de desconforto por parte de alguns entrevistados era tremenda. Ao entrevistar a dona de uma loja de produtos variados no Turano, reparei que muitas vezes ela olhava para os lados e tinha respostas fugidias.

Em um primeiro momento cheguei a pensar que o gravador que eu estava utilizando para registrar as entrevistas era o motivo dessa atitude defensiva. Mas ao excluir o aparelho das atividades, pude perceber que esses hábitos estavam realmente atrelados às vidas dos habitantes, e que o gesto de sempre analisar o ambiente antes de relatar suas opiniões era uma constante necessidade e uma garantia de autopreservação. Essa postura é herança da hierarquia do tráfico, já citada acima, que tinha informantes em todos os lugares da favela. Construindo assim um exemplo da sociedade de disciplina e vigilância explicada por Michel Foucault em *Vigiar e Punir*.

E para se exercer, esse poder deve adquirir o instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesma invisível. Deve ser como um olhar sem rosto que transforme todo o corpo social em um campo de percepção: milhares de olhos postados em toda parte, atenções móveis e sempre alerta, uma longa rede hierarquizada. (FOUCAULT, 2004, p.176)

Em uma entrevista com o porteiro do Colégio Estadual Herbert de Souza, Damião, ele relatou sentir muito medo por seus filhos, pois o tráfico aliciava crianças desde muito cedo para atuarem como “aviõezinhos” – uma espécie de “portadores de recados”, responsáveis por avisar os traficantes da chegada da polícia, de um novo “lote” de drogas, entre outras coisas. Além de sempre temerem uma represália da polícia e de facções rivais.

Ele também afirmou que as crianças viam os traficantes como heróis e brincavam de polícia e ladrão com perspectivas invertidas se comparadas às dos moradores do “asfalto”. Para muitas dessas crianças, ser ladrão era a figura mais próxima, e mais promissora, a que tinham acesso. Boa parte dessa ilusão de heroísmo que o tráfico impunha sobre a comunidade vinha de benefícios que eles levavam à população, na forma, inclusive, de serviços, que deveriam ser proporcionados pelo aparato estatal, como por exemplo, os bailes funks, as festas para crianças, a televisão “gatonet”⁸, os transportes dentro da comunidade, entre muitos outros.

Ao entrevistar um grupo de quatro alunos da escola, todos de 16 anos, me deparei com a primeira resposta alarmante quanto à realidade do moro do Turano. “Eu não gosto disso de UPP não, não foi bom pra cá não” disse um dos garotos. Quando perguntei por que ele pensava dessa maneira, ele foi categórico “Não tem mais baile”. Todos os outros três jovens concordaram enfaticamente com o primeiro. Uma das meninas, inclusive, quando lhe perguntei o que achava da UPP, disse, sucintamente: “Uma ‘merda’”.

Mas quando se passa para a análise da opinião de moradores mais antigos, muitos com famílias formadas, o que se encontra, em sua maioria, são pessoas preocupadas com a segurança de seus familiares e com uma vida digna e em paz. Dentro deste grupo, a grande maioria apoia a UPP e respira aliviada por não ver mais a mesma quantidade de armas que circulavam pelas vielas da comunidade, dando-lhes assim, a sensação de segurança de ir e vir normalmente, sem ser abordado pelo tráfico ou ameaçados por balas perdidas em um confronto qualquer.

A implementação da UPP foi o marco de mudança de perspectivas da comunidade. Se antes era o tráfico que impunha seu poder sobre eles, agora era o Estado que, ali, representados pelo BOPE e posteriormente pela Polícia Pacificadora, mandava. As configurações daquela sociedade foram totalmente mudadas. Agora não eram mais os traficantes que assumiam a posição de “pessoa” e regiam aquela hierarquia. E sim os policiais que, com o peso da lei, deveriam organizar a comunidade segundo ela. “E principalmente que nenhum crime cometido escape ao olhar dos que tem que fazer justiça; nada torna mais frágil o instrumento das leis que a esperança de impunidade.” (FOUCAULT, 2004, p.81).

Segundo Damásio, inspetor da escola, morador da comunidade e atuante em uma das associações de moradores do Turano, a convivência com a polícia é tranquila. Em nenhum

⁸ *Gatonet* é o “pacote” de televisão a cabo pirata característico de comunidades do Rio de Janeiro. O sinal e os cabos de uma prestadora de serviços são interceptados e fornecidos a custos mais baixos para os moradores, ainda que os resultados possam variar de casa em casa, de acordo com o sinal e a localização da residência.

momento eles enfrentaram ou faltaram com respeito aos moradores. “Nem comigo nem com ninguém que eu conheça”, afirmou.

Posteriormente, eu pude perceber que a situação tem faces bem mais complexas do que a opinião de apenas um grupo de moradores e trabalhadores poderia responder. As opiniões são divergentes e plurais. Muitos afirmam nunca terem tomado ciência sobre abusos, outros fingem não saber, outros sabem e anunciam. A relação dos moradores com os policiais é por vezes conturbada. É notável a sensação mista de descrença e cansaço que grande parte da população tem com o Estado, que sempre os deixou à margem. Mas a esperança para um futuro de ressocialização e avanços faz com que, pelo menos por enquanto, essa comunidade aceite e conviva com os soldados que ali circulam.

Mas a imagem do Estado veio em conjunto com a ideia de avanço e melhorias. Durante os encontros que tive com os moradores das duas comunidades, a calma tomava a favela. E isso refletia no discurso de muitos dos habitantes e de diversas pessoas que por ali transitam. Todos são unânimes em falar que a comunidade está mais segura, que em todo o tempo de pacificação não foi ouvido nenhum disparo. O clima é realmente este, de segurança. Como disse o capitão Beltran, de modo enfático, “nenhuma pessoas como eu [um estudante universitário] poderia estar lá, dentro da favela, se não fosse a presença da UPP”.

2.5. Associação de moradores – direitos, deveres e reivindicações das comunidades e a dificuldade de conversar com alguns moradores

As primeiras entrevistas realizadas com moradores a respeito das associações foram bem desanimadoras; eles não pareciam saber muito sobre o tema e nem pareciam se interessar. Afirmavam vagamente que a associação algumas vezes resolvia alguns problemas dos moradores (vazamentos, pavimentação), mas que de maneira geral estava pouco presente em suas vidas.

Ao entrevistar o capitão da UPP a respeito da associação, este afirmou haver uma forte ligação entre a instituição e o tráfico de drogas. Segundo suas próprias palavras “o tráfico se impõem à associação e a associação funciona como ‘os olhos e os ouvidos’ do tráfico”.

Ao visitar a associação do morro do Turano, pude verificar que se tratava de uma instituição pequena com um presidente (Cláudio) claramente desapontado com a situação da comunidade. Cláudio queixou-se da ausência de projetos sociais enquanto que em outras favelas, como o Borel, estes eram abundantes, e da precariedade dos serviços públicos, mais

uma vez ressaltando a questão da saúde. Chegou a sugerir em alguns momentos que um dos culpados dessa situação fosse o Capitão da UPP, que agia com descaso e desinteresse quanto ao futuro da comunidade; no final da entrevista chegou mesmo a afirmar que talvez deixasse a associação do Turano, devido à situação, que parecia estagnada.

A situação era bastante complexa: a associação se queixava da inegável ausência de projetos sociais e, vendo o exemplo de outras comunidades mais felizes nesse quesito, culpava o capitão. O capitão por sua vez, tentando manter a sua reputação e defender os resultados obtidos – que, na realidade, são os motivos para o qual foi contratado –, os acusava de se associar ao tráfico. Parecia mais uma guerra particular entre o capitão e a associação, uma guerra que ficou ainda mais clara com a dificuldade constante de conversar com alguns moradores, que por sua vez, com medo tanto da polícia quanto dos traficantes, se calavam.

No entanto, não são todos os moradores que se calam. No primeiro dia em que visitei a UPP, um morador, que pediu anonimato, se ofereceu para colaborar com a nossa pesquisa. Ele contou uma história inteiramente diferente a respeito da associação dos moradores. O morador afirmou que o atual presidente não foi eleito: seu antecessor foi, no entanto, vítima de um ‘golpe de estado’, expulso pelos traficantes para que o atual presidente assumisse o cargo. Contou ainda que esse presidente ainda mantém relações com o ex-chefe do tráfico do Turano e o mantém informado de tudo que se passa na comunidade, e que o ex-chefe, por sua vez, ainda possui grande influência na comunidade através do seu representante, o presidente. Também afirmou que esse é um dos principais motivos pelo qual os moradores e a associação não se relacionam bem.

Tendo em vista que os moradores da comunidade sofrem com condições de vida precárias, é realmente triste ver um de seus únicos meios de expressão coletiva e de proteção dos interesses gerais, a associação de moradores, completamente desvirtuada de seu propósito original.

No entanto, comparando o Turano com o Borel nesse aspecto, a diferença entre as comunidades é gritante. Se no Turano o presidente da associação está pensando em talvez abandonar o seu cargo, no Borel, conheci a presidente da associação em meio a um discurso inflamado, no qual ela se queixava do trato abusivo e violento com que os policiais das UPPs lidavam com os moradores. O seu nome é Roberta, e ela não parecia nem um pouco inclinada a renunciar ao cargo; e tampouco a renunciar ao seu direito de manifestação dentro da comunidade onde nasceu e foi criada.

Além disso, no Borel existe a “Rede”, por meio da qual diversas lideranças comunitárias e instituições, incluindo presidentes de associações, a representante da UPP Social, bem como uma série de líderes de outras instituições e movimentos, como o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública), a “Fundação São Joaquim”, a OAB-Rio, a CEDAE, o SESC e o SENAI, se reúnem para discutir os problemas da comunidade e maneiras de resolvê-los. A iniciativa foi uma surpresa extremamente positiva, em termos de organização e articulação política e comunitária, bem como, em uma esfera pessoal, de acolhimento.

Na reunião da Rede da qual participei, foi discutida a possível entrada de uma ONG chamada “Mulheres da Paz” que oferece uma bolsa e cursos para mulheres, principalmente direcionado às mães, e da chamada “Protejo”, ONG direcionada ao apoio aos jovens da comunidade no Borel. Também se discutiu a possível entrada de um projeto da TV Futura, cujo objetivo é fomentar e promover a criação de material audiovisual dentro da própria comunidade.

Foi depois dessas discussões iniciais que ouvi as mordazes críticas de Roberta aos policiais da UPP. Ela acusou os soldados da polícia pacificadora de interferência em assuntos que não lhes dizem respeito e de desrespeito aos moradores, inclusive com atitudes extremamente repressivas e autoritárias. Citou um episódio no qual, durante uma comemoração familiar na comunidade, em meio a fogos de artifício, os policiais invadiram o recinto, exigindo que a comemoração cessasse imediatamente, sob a ameaça e uso de cassetetes e de spray de pimenta. O motivo da ofensiva policial só ficou claro após a prisão e os abusos verbais sofridos por Roberta: os soldados pensaram que a comemoração era uma medida de afronta, para comemorar o aniversário de um dos ex-líderes do tráfico do Borel.

Ao entrevistar alguns participantes da rede mais tarde, a respeito de sua organização e resistência, fiquei sabendo de um passado “glorioso” do Borel: segundo relatos, o morro foi o primeiro do Rio de Janeiro a resistir às remoções na década de 60, tendo sua história marcada por forte organização comunitária. Os moradores não estão acostumados a aceitar imposições facilmente e, como nos disse uma entrevistada: “Os moradores batiam de frente com os bandidos, você acha mesmo que eles não iam bater de frente com a polícia?”.

E foi ainda graças à primeira reunião da Rede que entrei em contato com um pequeno grupo da comunidade, chamado “Mulheres Guerreiras”, organizado pelas lideranças comunitárias, e cujo objetivo é tratar de questões problemáticas e encaminhar assuntos relativos à saúde, à capacitação e à família de moradores do Borel . As Mulheres Guerreiras

foram extremamente simpáticas e generosas em abrir seus corações e contar suas histórias de vida.

O grupo funciona mais com em uma terapia de grupo, de onde surgem questões e dúvidas que se estendem inclusive às áreas de cidadania. Vi naquele círculo de mulheres pessoas que, somente aos 60 anos de idade, foram fazer seu primeiro exame médico, graças à orientação de Dona Ivete, uma militante do movimento negro e feminista. Quando perguntei a Dona Ivete o que ela achava da UPP, ela foi bem enfática ao afirmar e descrever as melhorias que a pacificação trouxe para suas vidas e as de seus filhos, com o que as demais participantes concordaram quase que de imediato. Paia, uma das mulheres na reunião e cozinheira da ONG Roda Viva, onde aconteceu a reunião, contou que seu filho agora havia parado de se envolver com os traficantes, e que a “UPP era coisa de Deus” (figuras 10 e 11).

O encontro com as Mulheres Guerreiras foi, talvez, um dos momentos mais emocionantes de toda a pesquisa. Nas mulheres presentes na reunião, via-se o passado, o presente e o futuro da comunidade: as dores, as perdas e o cansaço das mais idosas, que sobreviveram ao pior da violência; a resiliência, a determinação e o apoio das mulheres de idade média, que carregam com orgulho o legado de suas mães e amigas; e a esperança de um futuro de paz e de inclusão, nas risadas infantis de Michelle Abreu, filha recém-nascida de Marcia, que foi com a mãe participar da reunião. A cada lágrima derramada, uma mão saía de um colo para repousar sobre outra. As mesmas mãos que ao final do encontro se uniram, e seguraram também as minhas, em um círculo, e rezaram juntas. E, generosamente, agradeceram a minha presença.



Figura 10 Reunião do “Mulheres da Paz



Figura 11ONG Roda Viva

2.6. O comércio e os serviços públicos e particulares – regulamentação, concorrência e manutenção;

*"A comunidade é um mercado. Um mercado ainda inexplorado pelo Estado"
(Capitão Bruno Amaral)*

Com a instalação das UPPs, o Estado, desarticulando as quadrilhas de traficantes, passa a exercer controle sobre as comunidades. No entanto, a presença do Estado não deve significar apenas o mero controle territorial. É seu dever assegurar aos cidadãos melhor qualidade de vida através da implantação de serviços públicos tais como saúde, educação, saneamento básico, coleta de lixo etc. Não basta expulsar os traficantes, deve haver uma real integração entre as comunidades e o resto da cidade.

Por outro lado, existem diversos serviços que atendem aos moradores das comunidades (e de diversas áreas da cidade), e que são feitos de maneira ilegal, assim como kombis e vans ilegais, “gatonet” etc. Esses serviços devem ser regularizados, não só nas comunidades, mas em toda a cidade.

A fim de entender melhor as carências das comunidades, foi criada a UPP Social, órgão governamental responsável pelo diálogo entre os moradores das comunidades e as instituições do governo visando identificar os problemas das favelas e resolvê-los.

O primeiro passo é entender que a pacificação antecede a UPP social. Ela é pré-condição para uma política de cidadania, ou desenvolvimento social, nesses territórios. UPP social é um processo de coordenação e facilitação entre as necessidades dos territórios pacificados e as possibilidades de ação de governo, da sociedade civil e do setor privado. Há uma enorme fragilidade social nesses territórios. A gente precisa viabilizar o encontro dessas agendas.⁹

De acordo com os projetos governamentais, nas comunidades onde foram implantadas as UPPs deve ocorrer o que foi chamado pelos jornais de “invasão de serviços”, isto é, a instalação e regularização de diversos serviços públicos e privados. Sabe-se que alguns serviços, especialmente a luz, são obtidos de forma irregular, através dos “gatos” enquanto que outros, como a saúde, são extremamente precários ou inexistentes. O programa de “invasão de serviços” tem como objetivo regularizar aqueles que atualmente são obtidos informalmente e melhorar a qualidade de outros que hoje são considerados deficientes.

Por se tratar de uma política razoavelmente nova, os dados muitas vezes são escassos ou não provêm de fontes confiáveis. No entanto, através da análise de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Social, da pesquisa em notícias de jornal e outras fontes,

⁹ Ricardo Henriques, secretário estadual de Assistência Social, em entrevista para o jornal *O Globo*, no dia 17/10/2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/apos-pacificacao-upp-social-a-aposta-do-secretario-estadual-de-assistencia-social-para-2938187>.

foi possível escrever um breve histórico sobre a questão dos serviços públicos e privados nas comunidades em que as UPPs já estão instaladas há mais tempo.

As três primeiras “UPPs” instaladas, em novembro de 2008 e fevereiro de 2009, foram a do morro Santa Marta, a da Cidade de Deus e a do Jardim Batan. Em todas essas comunidades houve um forte movimento, por parte da polícia, de regularização dos serviços das comunidades. Os principais alvos são: “gatos” de luz, “gatonet” (TV a cabo), gás obtido de forma irregular, transporte ilegal (vans, kombis e mototaxis) e água também obtida de maneira ilegal.

Na comunidade Santa Marta, por exemplo, segundo o presidente da Associação Comercial do Rio e da Light, José Luiz Alquéres¹⁰, cerca de 70% da energia elétrica consumida antes da entrada das UPPs não era paga. Este número hoje gira em torno de 1%, significando aumento da arrecadação da empresa Light nesse local. O mesmo ocorreu com o chamado “gatonet”, que foi abolido com a instalação das UPPs. No entanto, muitos moradores da comunidade não têm condições de arcar com os custos destes serviços, ficando privados deles.

Na comunidade Cidade de Deus, antes da instalação da UPP, havia cerca de oito pontos de mototaxi; o número agora foi reduzido a apenas um. “Os colegas estão desempregados. Nós trabalhamos com documentação e moto dentro da legalidade. Então, por que não deixam a gente sobreviver? Nem podemos estacionar a moto na calçada, pois multam a gente. Vivemos às escondidas”¹¹.

Já nas (mais recentemente) comunidades pacificadas do Leme, a questão dos mototaxis foi abordada de forma diferente. Ao invés de simplesmente fechar os pontos, desempregando os motoristas e desarticulando o sistema de transporte local que, apesar de ilegal, servia aos moradores, a polícia procurou cadastrar os motoristas e obrigá-los a usar capacete e colete, regularizando o sistema sem, no entanto, inviabilizá-lo. Assim, pode-se perceber que a regularização dos serviços caminha, ainda que lentamente. No entanto, resta saber ainda a que velocidade anda a implantação de novos serviços públicos e privados.

Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Social nas comunidades Cidade de Deus, Batan, Cantagalo, Santa Marta, Pavão Pavãozinho, Babilônia,

¹⁰ Notícia veiculada no site do jornal O Globo, no dia 05/12/2009
<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/12/05/conselho-incentivara-emprededorismo-em-favelas-ocupadas-por-upp-915073238.asp>

¹¹ Depoimento de Y., mototaxista da Cidade de Deus, em notícia veiculada no site “Extra Online”, no dia 10/08/2009 <http://extra.globo.com/rio/materias/2009/08/10/a-nova-lei-de-mercado-servicos-saem-das-maos-de-bandidos-relacoes-de-consumo-mudam-757351582.asp>

Leme e Chapéu Mangueira entre os dias 15 a 21 de janeiro de 2010, a melhoria na infraestrutura das comunidades não se deu no mesmo ritmo em que se deu a regularização dos serviços.

Quando indagados a respeito da principal deficiência dos serviços públicos em suas comunidades, 46% dos entrevistados se queixaram da falta de postos de saúde, 32% apontaram como principal problema o pequeno número de escolas, 15% declararam que os serviços mais necessários seriam os ligados ao lazer e ao esporte, 14% se queixaram da iluminação, 12% da urbanização e pavimentação e 10% do esgoto e saneamento.

Os dois serviços mais precários são justamente os mais importantes. É claro que a desarticulação das quadrilhas de tráfico de drogas e a conseqüente redução da violência aumentam a expectativa de vida dos moradores, mas certamente postos de saúde funcionais e eficientes são essenciais. O mesmo pode ser dito a respeito da educação: para que haja real melhora na qualidade de vida da população, a criação de novas escolas é essencial.

Se a ideia por trás das UPPs é promover a integração entre as comunidades e o resto da cidade, o Estado deve investir maciçamente nestes serviços básicos. Da mesma maneira que é obrigação do cidadão pagar pelos serviços que consome, por meio de impostos e tarifas, é dever do estado promover qualidade de vida desses cidadãos.

Por outro lado, a penetração de outros serviços públicos nas comunidades aumentou desde a instalação das UPPs. Dos 15% dos moradores que não tinham acesso ao saneamento básico, 6% afirmaram passar a ter após a implantação das UPPs. Os números são muito semelhantes no que diz respeito à coleta de lixo: 12% não tinham acesso antes das UPPs, sendo que hoje esse número caiu pela metade. A questão da pavimentação parece ser ligeiramente mais crítica: 16% não tinham acesso antes das UPPs e hoje ainda 9% não têm acesso.

Segundo a mesma pesquisa, a maioria dos entrevistados (54%) considerou positiva a regularização dos serviços por preferirem a situação legal. Apenas 2,2% dos entrevistados afirmaram não ter condições de pagar pelos serviços legalizados.

2.7. Turano e Borel: resultado da pesquisa de campo

Por meio de entrevistas com diversos moradores e trabalhadores da região, foi possível traçar um perfil da situação dos serviços na comunidade do Turano. Os serviços como luz e água ainda são obtidos de maneira informal, mesmo depois da chegada da UPP. Existe o

projeto para a formalização desses serviços como ocorreu em outras comunidades; no entanto, no Turano, ainda está longe de se concretizar.

Por se tratar de ocupação um pouco mais recente e de uma comunidade desarticulada, o Turano ainda não apresenta os mesmos avanços no campo social que o Borel. E talvez seja justamente por isso que a grande questão do morro do Turano, diferente do Borel, não parece ser a segurança propriamente dita, mas a regularização dos serviços e seus custos subsequentes, como, por exemplo, a TV a cabo e a internet. Mas se por um lado a comunidade reclama da perda dessas “gratuidades ilegais”, por outro, no dia da minha primeira visita, a associação de moradores e o governo do Estado tinham acabado de realizar uma primeira reunião aberta ao público sobre o programa “Água para todos”, da CEDAE, uma negociação sobre a regularização o abastecimento de água na comunidade.

E o que é mais preocupante em relação ao futuro da comunidade no que diz respeito aos serviços é a postura dos próprios traficantes. De acordo com relatos de moradores e funcionários do Colégio Estadual Herbert de Souza, os traficantes anunciaram que, “quando” – e, o que é mais interessante nesta escolha de palavras é que ela significa uma certeza, e não uma possibilidade – eles retornarem ao comando da favela, quem estiver com a antena regularizada do serviço de TV a cabo iria morrer. Isso não só explica, mas também justifica o receio da população em aceitar a UPP, ainda mais considerando a “inconstância” do governo em manter planos e projetos públicos, e a necessidade de implementação de projetos sociais que coordenem e reafirmem as ações e a posição do governo, além de reforçar a posição da polícia frente à comunidade.

Há apenas duas escolas em toda a comunidade, uma estadual e uma municipal (sendo a municipal, segundo os moradores, de péssima qualidade), além de uma creche. Não há nenhum hospital ou casa de saúde. Quando há alguma urgência, os moradores são obrigados a se deslocar até a UPA da Praça Saens Peña. Tendo em vista a geografia da favela, que é basicamente constituída de vielas estreitas, becos, rampas e escadas, onde em alguns lugares nem mesmo o mototaxi chega, uma emergência médica pode ser extremamente complicada, e até mesmo fatal.

A iluminação das ruas é precária e praticamente inexistente em algumas áreas; o saneamento básico também é extremamente precário, pondo em risco a saúde dos moradores; e a coleta de lixo é dividida por zonas de forma que em algumas partes da favela ela é eficiente e em outras deixa muito a desejar (figura 12).

Andando pelas ruas e vielas da comunidade uma das coisas que realmente chama a atenção são os “gatos” de eletricidade (figura 12), uma intrincada teia de fios elétricos que liga as casas caoticamente. Chama igualmente atenção as valas de esgoto correndo no meio da comunidade, e que já foram visivelmente melhorados pelas obras do PAC, comparados com áreas mais altas da favela (figura 13), sem qualquer tipo de preocupação com a higiene. A quantidade de lixo nas ruas, em algumas partes da comunidade, também assusta. Na quadra, onde crianças se reúnem para jogar bola, há lixo por todo lado, o que significa sérios riscos a saúde dessas crianças.



Figura 12 e 13 À esquerda, o emaranhado de fios nos postes da comunidade. Muitos desencapados e totalmente desorganizados. Na direita, vemos o esgoto a "céu aberto" em plena comunidade do Turano

Há um tom de desânimo na voz dos moradores quando perguntados a respeito das melhorias sociais trazidas pela UPP na área dos serviços. E isso também não é diferente no que diz respeito à implantação de novos serviços ou à ampliação dos que já eram oferecidos, em que mais uma vez o Turano parece longe do ideal.

Antes da chegada das UPPs, os moradores pagavam à associação dos moradores uma taxa fixa por mês pelo consumo de água e de eletricidade (entre cinco e dez reais cada). Em caso de algum problema na rede, o morador era obrigado a contratar os serviços da associação, que cobrava em torno de 70 reais pelo conserto e proibia os moradores de contratar o seu próprio eletricitista ou encanador sob ameaça de depois ter de se entender com o

tráfico. Essa situação permanece basicamente a mesma. Alguns moradores pararam de pagar as taxas à associação, mas a maioria continua pagando.

No caso do gás, por outro lado, houve uma real melhora com a chegada das UPPs. Antes, a associação cobrava cerca de 45 reais pelo bujão, sem serviço de entrega a domicílio – o que, considerando a dificuldade de deslocamento na comunidade, com suas ruelas estreitas e íngremes, é algo bastante significativo. Depois das UPPs, o caminhão do gás chegou à comunidade, vendendo o bujão a 38 reais, uma diferença considerável de quase 20%.

O sistema de transportes do Turano não sofreu grandes alterações: os mototaxis e as kombis que rodam na favela não são regulares e devem pagar uma taxa mensal de 400 reais à associação.

Esses serviços seriam formalizados, e não extintos. Até porque, como o próprio Capitão Beltran disse, não seria razoável a proibição deles já que, apesar de ilegais, servem aos moradores e muitas vezes são a única opção. Dessa maneira, o que se pretende fazer é a regularização desses meios de transporte, sem desarticulá-los.

As principais queixas feitas pelos moradores aos atuais serviços giram em torno da iluminação pública, inexistente em alguns pontos, e da falta de escolas públicas e, principalmente, de casas de saúde, serviços públicos absolutamente essenciais para a melhora da qualidade de vida da população. Obras de pavimentação e moradia também foram levantadas como sendo de grande importância, o que pode ser comprovado em caminhadas aleatórias, quando me deparei com diversas casas extremamente precárias, bem como em entrevistas a moradores de diversas faixas etárias e de diferentes regiões da comunidade.

A regularização dos serviços, apesar de eventualmente trazer benefícios para os cidadãos, também tem o seu lado negativo. Essa regularização vem acompanhada de um aumento do custo de vida que pode ser desastroso para moradores mais pobres. Além disso, a pacificação é normalmente sucedida da valorização imobiliária, o que aumenta, por tabela, outros custos marginais, como lazer e alimentação, encarecendo ainda mais o custo de vida.

Isso não significa, é claro, que a única saída é deixar que os serviços sejam feitos de forma irregular. Nas comunidades em que os serviços foram formalizados, foram adotadas taxas especiais para moradores de favelas ocupadas por UPPs. Os preços são, em geral, muito abaixo do convencional, permitindo que grande parte dos moradores tenha condições de pagar. Esse é o caso da alternativa mais comum ao “gatonet”: a SKY UPP, uma oferta especial da TV a cabo Sky, com assinatura de alguns canais a mais que o pacote básico (“nada

demais, o meu ‘gatonet’ era muito melhor”, diz a moradora Nadia Moraes), por 45 reais mensais.

No entanto, mesmo dentro das comunidades existem substanciais desigualdades sociais, de modo que alguns dos moradores, mesmo com essas taxas especiais não tem como arcar com os custos. Nesse sentido, é importante destacar uma preocupação de muitos setores da sociedade, o de que as pacificações nada mais seriam do que uma forma de remoção disfarçada das populações carentes de áreas que tem – ou poderiam ter – grande valor imobiliário.

No Borel, assim como no Turano, grande parte dos serviços privados ainda é informal. Uma diferença é que esses serviços estão, de fato, abrangendo cada vez mais áreas. Antes da pacificação, em alguns lugares do morro não havia acesso à água e à luz; agora, segundo relatos de alguns moradores, as companhias responsáveis pelo fornecimento de água e a luz estão expandindo seus serviços.

No que diz respeito à pavimentação e à iluminação existe ainda uma herança, limitada a algumas áreas da comunidade, do programa Favela-Bairro, embora os moradores também atentem para a necessidade de investimentos nessas áreas. Em diversos pontos podem-se verificar valas de esgoto correndo a céu aberto, denotando necessidade urgente de aprimoramento do sistema de saneamento básico.

No que diz respeito à saúde, o Borel encontra-se bem avançado em relação ao Turano, possuindo dois postos de saúde; um número ainda muito reduzido considerando que, segundo estimativas, a população chegue hoje a aproximadamente 20.000 pessoas em todo o complexo. Além disso, uma das principais queixas dos moradores é direcionada a pequena quantidade de vagas oferecidas nos postos de saúde.

A mesma queixa também é válida para educação, que só vai até o primeiro segmento. Ao todo são três escolas, sem vagas suficientes para todos no Borel, o que acaba obrigando muitas famílias a levar seus filhos para estudar em outros lugares, mais distantes. E isso se torna ainda mais complicado quando os filhos são pequenos, os pais trabalham e os custos de transporte são mais altos.

Além dos moradores, os comerciantes da comunidade também sofreriam diretamente as consequências da formalização dos serviços. Entrevistando comerciantes do Turano, encontrei alguns donos de pequenos armazéns ou lanchonetes que afirmaram que, se fossem obrigados a pagar pelos serviços que consomem, teriam de fechar as portas.

Por outro lado, comerciantes com um pouco mais de dinheiro que antes não se arriscavam entrar nas favelas devido à violência estão, aos poucos, fixando seus negócios. É caso da comerciante Michele, dona de uma farmácia no Turano localizada a poucos metros da UPP. Michele afirmou claramente que só abriu o seu empreendimento no Turano por causa da pacificação e que, se um dia as UPPs saírem, ela sai junto. Segundo ela, o preço do aluguel de sua loja no Turano é dez vezes menor do que o preço pago em sua outra loja na rua Barão de Mesquita, uma das maiores vias de circulação da região da Grande Tijuca.

Outro setor comercial que também foi prejudicado com a chegada das UPPs é o dos bares que funcionavam até tarde da noite ou que vendiam muito em função dos bailes funk. Com a proibição desses bailes, esse comércio perdeu muito.

2.8. A valorização (e a especulação) imobiliária – favela e "asfalto"

A chegada das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) à Grande Tijuca trouxe esperança para quem mora, trabalha e passa pela região. Após o anúncio do governador Sérgio Cabral de que todas as comunidades do bairro receberão o novo modelo de policiamento comunitário e a transferência das mais expressivas lideranças do tráfico capturadas para presídios em outros Estados, era de se esperar aumento no valor dos imóveis no bairro, que, há apenas 40 anos, “tinha o metro quadrado mais caro que o de Ipanema”¹².

Uma observação: este tópico não estava previsto para configurar neste projeto inicialmente; no entanto, ao perceber que, após entrevistar moradores do asfalto, o nível de satisfação com as UPPs estava em grande parte relacionado com a valorização urbana e imobiliária de seus imóveis e das regiões ao redor das comunidades pacificadas, ele foi incluído. Não foram todos os entrevistados que mencionaram o assunto, mas uma grande maioria, pelo menos, citou como benefício “extra” o aumento de preço de unidades condominiais, às quais as UPPs agregaram valor.

A instalação da UPP, e o subsequente fim da guerra entre traficantes, que trouxe medo e degradação ao bairro, aumentou a sensação de segurança dos moradores, que voltam a ver na Tijuca uma opção de qualidade e definitiva de moradia, especialmente aqueles que nasceram ali, e lembram com carinho e nostalgia dos tempos de paz. Uma dessas pessoas foi o comerciante Nelson Teixeira, de 55 anos, dono de uma loja de artigos variados no bairro,

¹² Informações obtidas na página da ADEMI – Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário: <http://ademi.webtexto.com.br/index.php3>

que, em entrevista (ou melhor, em uma conversa que tivemos no bar ao lado da sua loja), afirmou:

Cresci aqui. Jogava bola num campinho em uma rua aqui perto. A Tijuca sempre foi muito tranquila, mas não estava mais dando para aguentar não. A gente tinha que se esconder por causa dos confrontos. Foi uma época de muitos tiros, medo, perdas para gente que é do comércio e de quem mora por aqui.

Ele contou ainda que já precisou obedecer a ordens do tráfico e baixar as portas, com medo de represálias.

Entre os vários entrevistados do bairro, além do senhor Nelson, a professora Vânia Fagundes, 41 anos, também torce para que a UPP marque o início de uma nova era. Segundo ela, "morar na Tijuca era sinal de alta classe. Mas hoje isso aqui está muito perigoso".

Além da expectativa de valorização imobiliária no “asfalto”, houve também aumento no valor dos imóveis nas favelas ocupadas. Não foi possível encontrar dados estatísticos específicos a respeito das comunidades estudadas, Turano e Borel, na Tijuca. Mas uma pesquisa do Secovi Rio (Sindicato da Habitação do Rio de Janeiro) nas comunidades pacificadas mostra que os imóveis das favelas registraram valorização de até 148,89%, como em Botafogo, primeiro bairro a receber a intervenção policial¹³.

A violência também causou dificuldade para os moradores na hora de vender os seus apartamentos. A médica Clara da Silva, de 58 anos, contou que por muitas vezes pensou em se mudar da Rua São Miguel, localizada na entrada do morro do Borel, e deixar o bairro onde mora há 48 anos, por causa de tiroteios constantes. Ela disse que, mesmo contrariada, aprendeu a conviver com a situação, principalmente por não achar justo vender seu imóvel por menos da metade do que ele valia. A desvalorização foi tanta que o seu apartamento, cujo valor venal é de R\$ 100 mil, estava sendo avaliado em pouco mais de R\$ 40 mil, ainda que as janelas não estivessem diretamente na linha de fogo cruzado entre os morros.

Em entrevista publicada na página da ADEMI na Internet¹⁴, o diretor da Ética Imobiliária, Rodrigo Feliciano diz que os imóveis na região valorizam entre 10% e 15% só por conta do anúncio da inauguração de uma UPP. Para ele, o aquecimento vai ser ainda maior para as unidades às margens das comunidades, o que pode ser comprovado pelo depoimento que obtivemos da também professora Maria José Alves, moradora do Largo da

¹³ Informações obtidas na página do Secovi Rio – Sindicato da Habitação do Rio de Janeiro: <http://www.secovirio.com.br>

¹⁴ Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/index.php3>.

Segunda Feira, nos arredores do morro do Turano. “Eu e minha família nos mudamos para o apartamento onde estamos agora em janeiro deste ano (2010), e compramos o imóvel por R\$ 220 mil. Os nossos vizinhos do andar de baixo acabaram de vender o apartamento deles, em agosto, igual ao nosso, por R\$ 315 mil”. Considerando que a primeira ocupação no bairro foi em março, o imóvel, localizado em uma rua particular do bairro, teve uma valorização de praticamente 50% em apenas oito meses, considerando as cinco ocupações realizadas na grande Tijuca e adjacências no período. E em julho de 2011, os vizinhos do apartamento ao lado do da Dona Maria José estavam pedindo 500 mil reais pelo seu apartamento.

Isso vai de encontro à tendência geral dos imóveis no entorno das comunidades da Tijuca, que devem apresentar uma valorização de até 40%. Em todo o bairro, as unidades ficaram até 20% mais caras com a implantação da UPP. Nesse sentido, segundo informações disponibilizadas pela assessoria de imprensa da empresa de construção civil Concal, e do jornal *O Globo*, pôde ser observado na Tijuca, em setembro deste ano, o chamado “Efeito UPP”, que fez com que as unidades dos últimos três grandes lançamentos imobiliários residenciais tijucanos fossem um absoluto sucesso. Assim, “o Hydra, da CLH, com 194 [unidades], já somou 70 milhões em vendas. O Florença Residances, de Calçada e MontSerrat, com 160 apartamentos, chegou a 65 milhões. Também esgotaram as 54 unidades do Conde du Vert, da Concal”¹⁵.

Rubem Vasconcelos, vice-presidente da ADEMI, disse em uma entrevista publicada na página da Associação na Internet que a Tijuca chegou “ao fundo do poço”, e que só agora começa a se recuperar¹⁶.

O bairro ficou degradado por muitos anos. Tinha tudo para estourar, como aconteceu com Botafogo, por causa da proximidade com outros bairros e da infraestrutura, mas chegou a um ponto em que estava menos valorizado que o Méier e a Vila da Penha. Em cinco anos, o preço da Tijuca desvalorizou 50%”. Para ele, a expectativa agora é boa, pois o preço do metro quadrado voltou a subir¹⁷. (VASCONCELOS, 2010)

¹⁵ Disponível em: <http://www.concalconstrutora.com.br/clipping/>; e em “*O Globo Online*”:
<http://oglobo.globo.com/economia/morarbem/mat/2010/05/06/chegada-da-upp-tijuca-pode-valorizar-imoveis-no-bairro-em-ate-40-dizem-especialistas-916520505.asp> ;
<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/03/15/upps-podem-valorizar-imoveis-na-tijuca-em-30-916066051.asp>

¹⁶ Entrevista publicada em <http://www.ademi.org.br/>. Acesso em 15 de novembro de 2010.

¹⁷ Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/index.php3>

2.9. A vida no asfalto: mudanças, expectativas e especulações

Paz e sensação de tranquilidade. Esses foram os principais argumentos utilizados pelo governo para vender a política de segurança pública promovida na forma das Unidades de Polícia Pacificadora. Entretanto, a sensação que se revelou mais constante nas respostas obtidas em entrevistas com moradores (do asfalto) foi justamente a de insegurança.

Diante da primeira pergunta do roteiro de entrevista estabelecido (“Qual a sua posição sobre as UPPs?”), foi constante a resposta “a favor”. Muitos, inclusive, disparavam um “totalmente a favor”. Em todos esses primeiros contatos com cada um dos entrevistados a impressão que se tinha é que todos diriam que a política de segurança pública implantada pelas UPPs funciona de forma 100% eficiente. Porém, conforme outras perguntas eram feitas e a entrevista se estendia, ficava claro que a grande maioria era a favor da pacificação do território conquistado pelo tráfico de drogas, entretanto, se posicionavam contra a forma que essa política de pacificação é desenvolvida.

Em uma única entrevista com dois moradores do bairro que trabalham no “asfalto” próximo ao morro do Turano, foi dito radicalmente que nada havia mudado desde a instalação da UPP naquele morro. Esses entrevistados, ao serem questionados sobre a sensação de segurança de quem mora no asfalto após a chegada da UPP no Turano, nos disseram que nesse quesito a única mudança foi de foco. Se antes a preocupação era com a possibilidade de troca de tiros entre policiais e traficantes, agora a preocupação era com assaltos, arrastões e ônibus queimando na esquina. Isso se fosse contabilizar apenas os problemas de segurança, uma vez que ainda havia os riscos decorrentes da área comportamental como, por exemplo, carros que avançam em alta velocidade o sinal vermelho, algo que, obviamente, não acabou com a introdução da UPP no morro do Turano.

Outra questão importante que teve presença constante nas respostas dos entrevistados era o medo de a presença das UPPs nos morros ditos pacificados deixasse de existir depois de certo tempo, e que com isso houvesse a volta do “cenário pré-UPP”. Para muitos entrevistados, inclusive, esse “certo tempo” já havia data marcada para após a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas de 2016. Também fizeram questão de frisar que se houvesse a volta desse cenário, o que haveria seria a volta maciça do tráfico de drogas e do “alto” escalão desse movimento, uma vez que o médio e baixo escalão (que ainda não eram especificamente conhecidos pelos policiais) havia permanecido no morro como moradores e continuavam prestando o mesmo tipo de serviço que anteriormente, com a exceção do porte de armas de fogo.

2.10. O Governo e as ocupações: escolhas e consequências

Paralela à ocupação e à implantação das Unidades, a fixação no território e a propagação de uma consciência em meio às comunidades é fator que dita o sucesso do método.

O plano se concentra inicialmente na relação entre a população e o batalhão de Polícia Comunitária, que passa por formação específica de cinco meses antes de exercer a nova função na comunidade; relação que se baseia na conquista da confiança e do respeito.

Após o primeiro contato, o choque de ordem é comandado na área com regularização de serviços tais como, luz, água, Internet, transportes, entre outros. É o “asfalto” subindo até a favela. Um programa disciplinador é instaurado; a polícia passa a fazer parte da rotina da população com a ação ostensiva, e que muitas vezes é abusiva com o excesso de revistas e com diálogos que muitas vezes não chegam a um ponto comum.

Imprimir uma nova postura é configurar um novo ambiente para as pessoas que vivem nestes locais antes dominados pelo tráfico de drogas, mas que passa pelo olhar direto do Estado:

O poder policial deve-se exercer sobre tudo: não é entretanto a totalidade do estado nem do reino como corpo visível e invisível do monarca; é a massa dos acontecimentos, das ações, dos comportamentos, das opiniões – tudo o que acontece – (FOUCAULT, 2004, p. 187-188)

A afirmação de Foucault confirma a posição tomada pelo Estado na figura da Polícia. A vigilância é feita de modo mais agressivo nas comunidades em que o narcotráfico tinha raízes mais profundas como Borel e o Complexo do Alemão, e assim, mesmo com os criminosos longe dos locais que detinham o domínio, ainda há a influência forte da cultura do tráfico. Todavia este trabalho de disciplina gradual imposto pela Polícia mostra que o cenário é de mudança e traz uma “nova cultura” para esta sociedade.

Uma “nova cultura” que passa a ser gerida pela endoculturação proposta por Laraia: “[...] o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de endoculturação” (LARAIA, 1989, p. 20). A cultura é dinâmica e, por isso, a comunidade que passa por esta mudança que o Estado propõe com as UPPs terá um padrão desejado como ideal para vivência, e conseqüentemente o choque entre policial e morador ocorre, porque aquela se sente alijada de sua privacidade, enquanto este pelas forças de

segurança tem um olhar etnocêntrico do meio. Assim, a comunidade imaginada pela sociedade em geral para as áreas pacificadas tem na compreensão das diferenças a chave para a eficiência.

A pacificação encontra apoio não somente no Rio de Janeiro. O Governo Federal satisfeito com os frutos das ocupações, que enquadrando os criminosos, promovem a queda no registro de homicídios, a reinserção de milhares de pessoas no mercado consumidor, o aumento da quantidade de matrículas nas escolas próximas as regiões pacificadas e a formação de um meio para mobilidade social deixando para o passado a marginalidade.

A recuperação dos territórios é uma batalha de longo prazo que, aparentemente, não vai se limitar a um só estado da Federação. Segundo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em entrevista concedida a correspondentes estrangeiros no dia 3 de dezembro de 2010, a adoção do projeto das UPPs deve ser nacionalizada, com o apoio do Governo:

O sucesso das UPPs no Rio pode ser nacionalizado. Vai custar caro? Vai. Mas estou convencido de que é mais barato do que deixar traficantes envolvendo crianças e adolescentes. Se for necessário, a Presidência vai arrumar dinheiro para fazer o que precisa ser feito (SILVA, 2010).¹⁸

E para tal processo se tornar uma realidade, foi necessária a formação de batalhões da Polícia Comunitária, em um processo que vem ocorrendo desde os últimos três anos do governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do Plano Nacional de Segurança Pública e do Programa Nacional de Direitos Humanos – ainda que, em um primeiro momento, tal iniciativa tenha encontrado problemas, visto que a hierarquia presente na Polícia não condiz com as atividades do policial comunitário, que necessita de determinada autonomia em suas decisões. Para isto, o já citado curso de formação de cinco meses é, ainda que de curta duração, fundamental para preparação das forças de segurança na relação cotidiana com a comunidade.

Um dos fatores mais preocupantes no processo de pacificação é a demanda de policias para atender as comunidades. O efetivo necessário ainda está abaixo do esperado e determina as ocupações a serem feitas; tanto o é que a invasão feita na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão só pode ser realizada como apoio do contingente e armamento disponibilizado pelas Forças Armadas.

Para resolver esta questão, José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança do Estado, anunciou, em janeiro de 2011, a formação de uma nova turma de policias, enquanto outras

¹⁸ Entrevista disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/veja-principais-pontos-da-entrevista-de-lula-jornalistas-estrangeiros.html>.

medidas seriam tomadas para driblar dificuldades da corporação, como a evasão anual de policias e o não preenchimento de vagas nos concursos oficiais da PM. Além disso, outras medidas de incentivo financeiro são um diferencial oferecido para estes soldados: “tanto os envolvidos na participação das operações de ‘invasão’ quanto os fixos nas Unidades de Polícia Pacificadora ganham a bonificação de R\$500,00 (quinhentos reais) pelo serviço prestado nas UPPs, mais Vale Transporte”, disse o Capitão Amaral.

O quadro de soldados que ingressa na Polícia mostra um novo cenário. Com idade variando entre 20 e 30 anos, eles são, em sua ampla maioria, moradores do interior do Rio de Janeiro e muitas vezes possuem formação superior. Eles se mostram mais aptos ao debate com as pessoas, retirando o estereótipo de “policial brucutu” ou policial de confronto que por tempos assolou a PM. Segundo Beltran, a imagem da Polícia só tem a melhorar, ainda mais com o relativo sucesso da operação no Alemão e a “heroicização” que filmes como *Tropa de Elite* e *Tropa de Elite 2* conferiram ao policial honesto.

Especificamente, nas comunidades do Borel e do Turano algumas preocupações são evidentes nos discursos dos capitães, Bruno Amaral e Almir Beltran, respectivamente. Atuando numa área de dimensões bastante significativas, a UPP do Turano, ainda com instalações provisórias e com um efetivo de 173 policiais, beneficia 18 mil pessoas na área e regiões próximas. Mas os recursos humanos e técnicos para realização de um trabalho que atenda de forma mais efetiva essas pessoas ainda são insuficientes. Uma das principais reclamações do Capitão Beltran é a quantidade de viaturas: atualmente, conta com quatro veículos para fazer policiamento nas dezoito entradas do Turano, sendo que “o ideal seria contar com um carro para cada via de acesso”, contribuindo para vigilância tanto da comunidade quanto das adjacências, importantes zonas de conexão e fluxo de pessoas e veículos da cidade, como é o caso do Túnel Santa Bárbara.

Com um efetivo de 290 policiais, a Unidade do Borel é um caso singular, em função de a área ter que realizar uma das mais fortes resistências do tráfico. Beneficiando cerca de 20 mil pessoas, a Unidade comandada pelo Capitão Bruno Amaral tem nos planos associados ao esporte e a ligação com a comunidade o bem mais visível. O Torneio da Pacificação, realizado em maio de 2010, mostrou que os planos de ação social são o caminho de integração de sucesso para população antes vivia sob a “ditadura do fuzil”.

Entre os futuros planos da Secretaria de Segurança está a instalação da Escola Nacional de Polícia Pacificadora atrás da Universidade Estácio de Sá, localizada próxima ao Turano. O polo realizará a formação de oficiais e praças em adição ao curso ministrado pela

Academia da PM para atuar nas UPPs e no restante da corporação, como resultado de parceria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com a Polícia Militar. Noções de Direito, mediação de conflitos, geografia das comunidades e estatísticas fazem parte do conteúdo a ser ministrado, e que os formarão como agentes críticos e atuando como equilíbrio dentro as localidades.

2.11. Metodologia

Esta pesquisa de campo foi realizada ao longo de 18 meses: de julho de 2010 a dezembro de 2011, por meio de visitas periódicas ao morro do Borel, ao morro do Turano e a eventos relacionados às Unidades de polícia Pacificadora por toda a cidade, em universidades, órgãos públicos, sedes de organizações não governamentais, auditórios privados, entre outros. O texto-base foi produzido em 2012, e só não foi apresentado no mesmo ano por motivos pessoais e pela própria greve das universidades federais brasileiras. O texto foi finalizado em 2013.

A decisão de focar este projeto nas comunidades do Borel e do Turano baseou-se em uma série de motivos, dentre os quais destaco:

- I. Facilidades logísticas (conheço funcionários e professores do Colégio Estadual Herbert de Souza, o que facilitou meu contato inicial com a comunidade);
- II. Identificação pessoal com a região e conhecimento dos problemas da localidade (sou morador da Tijuca desde que nasci) e;
- III. Coincidências temporais e espaciais, como a proximidade temporal da instalação das duas UPPs e o fato de que muitas pessoas que trabalham no Turano moram no Borel, e elas acabaram me alertaram para as gritantes diferenças de comportamento e situação entre as duas comunidades.

Muitos dos dados obtidos para a elaboração deste trabalho, sobretudo em relação a projetos futuros, dados históricos e declarações de autoridades, se deram por meio de pesquisa online de notícias antigas, entrevistas dadas a veículos de comunicação para audiências exclusivas e/ou limitadas e relatos de moradores da região.

Os dados policiais, no entanto, apresentam um aspecto muito contraditório: apesar da aparente transparência e grande quantidade de informações disponibilizadas pelo governo em portais como o UPP Repórter, produzido pelo governo do estado em parceria com a Polícia do

Estado do Rio de Janeiro, elas se mostraram, com excessiva – e não inesperada frequência – extremamente otimistas, o que não condizia com os depoimentos de moradores e dos próprios policiais das UPPs instaladas nas comunidades alvos dessa pesquisa: a propaganda positiva é, decididamente, a principal estratégia governamental voltada para a política de pacificação. Desse modo, as informações obtidas em veículos de autoria e orientação pública, como o UPP Repórter, foram analisadas com extrema cautela, e utilizadas, na maioria das vezes, com caráter exclusivamente numérico e ilustrativo.

Quanto à temporalidade destas fontes, a maior parte do material externo (ou seja, tudo que não foi coletado por meio de entrevistas com as comunidades locais), por sua vez, data do fim de 2010 e do início de 2011. Isso se deve a enorme quantidade de material produzido após as invasões (“pacificações”) dos complexos da Vila Cruzeiro e do Alemão. A repercussão dos eventos na mídia fez com que as UPPs ganhassem posição de destaque na imprensa carioca e nacional; destaque esse que, como de costume, se esvaiu após alguns meses, uma vez que o elemento “hard news”, explorável e responsável pelo aumento significativo nos números de vendas, não estava mais presente.

Aliás, os episódios da Vila Cruzeiro e do Alemão acabaram sendo “felizes” – se é mesmo possível se referir a uma situação com aquela nestes termos – coincidências para este projeto, uma vez que, em última instância, acabaram por facilitar a produção da pesquisa de campo. Sem eles, a atenção dada ao assunto das UPPs não teria sido tão grande; as informações obtidas não teriam sido disponibilizadas da mesma forma; o assunto não teria sido discutido em tantas esferas (palestras, fóruns sociais, universidades, etc.) de maneira tão ampla e abrangente; e a riqueza de informações que me foram apresentadas, e que tentei apresentar neste texto, definitivamente não seria possível.

As entrevistas com moradores, por sua vez, passaram por uma série de modelos diferentes, que podem, para facilitar o entendimento, ser divididos em fases, da seguinte maneira:

a) Primeira fase – questionários em papel.

Inicialmente, eu abordava as pessoas nas comunidades, me sentava com elas e fazia as perguntas pré-estabelecidas em um questionário, uma por uma, anotando as respostas e tabelando-as no dia seguinte.

Esse método foi substituído uma vez que acabava “engessando” a própria pesquisa: as pessoas se prendiam em demasia as perguntas, viam no número um limite fixo, uma espécie de meta a ser batida dentro de um tempo determinado, o que, na minha impressão, as fazia querer “acabar logo”. Isso sem mencionar, que, no fim das contas, questionários acabam sendo frios e impessoais demais, e trazem uma sensação de formalidade que no caso desta pesquisa, é não apenas excessiva, mas, principalmente, contraditória e não condizente com a temática geral deste projeto, na medida em que o que se estuda aqui e justamente o elemento humano, e não numérico, das pacificações.

Desse modo, foram preenchidos apenas 50 relatórios, o primeiro lote impresso; desses dados, foi possível obter algumas informações iniciais e números para a elaboração deste projeto; no entanto, definitivamente, nada tão significativo quanto as informações coletadas na terceira fase (ou modelo) de entrevistas adotada que se mostrou muito mais enriquecedora do que as duas antecessoras.

b) Segunda fase – entrevistas (seguindo o roteiro do questionário, sem mostrá-lo) com gravador.

Após o “fracasso” e as conclusões obtidas a partir do uso dos questionários impressos, resolvi que a única maneira de realizar esse trabalho com claro viés antropológico era por meio do que Gertz (1989) qualifica como descrição densa: por meio da aproximação, e não do afastamento. Dessa maneira, decidi que iria realizar as entrevistas com um gravador, fazendo as mesmas questões do questionário, mas sem apresentá-lo.

Ainda assim, as pessoas não pareciam se sentir a vontade para conversar, sabendo que haveria um registro nominal e de suas vozes; sobretudo as que estavam insatisfeitas com o domínio tanto do tráfico quanto da polícia, e temiam que suas queixas gerassem alguma forma de repressão.

O gravador ainda atraía o olhar das pessoas entrevistadas; ele era motivo de distração, e acabava neutralizando gestos e olhares que poderiam denunciar outras sensações e impressões. Até mesmo os representantes da polícia pareciam estar pouco a vontade com o equipamento.

c) Terceira fase – conversas sem gravador e qualquer outra forma de registro.

Posso afirmar que o projeto realmente começou a apresentar resultados efetivamente positivos a partir do momento em que parei de tratá-lo como um... Projeto. Eliminando questionários, fórmulas, gravadores, as pessoas deixaram de ser objetos de pesquisa e se tornaram objetos de interesse, bem como sujeitos ativos, interessados em colaborar.

É impressionante como a ausência de registro as deixou mais a vontade para compartilhar histórias e, mais importante, opiniões. O anonimato, na minha pesquisa, apesar de não ser o ideal em termos de produção jornalística, foi a melhor alternativa para a obtenção de relatos e de uma experiência realmente antropológica, bem como para uma real imersão na vida dos entrevistados e da comunidade.

Foi devido à ausência do gravador que pude participar da reunião do grupo Mulheres Guerreiras, na qual a participação masculina é proibida, *a priori*. Que consegui nomes, convites para eventos comunitários e pessoais, como almoços e lanches da tarde, dicas, recomendações, informações pessoais e públicas. Não apenas dos moradores do Borel e do Turano, mas também dos próprios policiais, que se tornaram muito mais receptivos.

No entanto, o terceiro e último método definitivamente fez meu trabalho mais difícil; por diversas vezes, tive que retornar as comunidades e repetir perguntas, uma vez que, devido ao excesso de informações, não me lembrava dos registros. No entanto, considerando a abertura que tive como resultado para as conversas, e a liberdade de opinião, deslocamento e, principalmente, questionamento, que a ausência do gravador me proporcionou, a recompensa valeu muito mais que o esforço extra.

Por fim, cumpre destacar que essa divisão em etapas se reflete, inclusive, no estilo textual adotado para este trabalho: devido à impossibilidade de encontrar e adotar uma abordagem única e exclusivamente científica, é que os dados coletados ao longo deste período de pesquisa e compilados neste texto final formam um estilo híbrido, que acaba transitando, portanto, entre impressões de campo, segundo uma vertente mais antropológica, e dados jornalísticos, de cunho e estilo que beiram, em momentos, o literário.

3. “ALL EYES ARE WATCHING US”: A MÍDIA E A PROXIMIDADE DOS MEGAEVENTOS

Como já foi dito e exemplificado pela citação ao filme “Cidade de Deus”, de Fernando Meirelles, no passado o plano turístico governamental em relação às periferias visava mantê-las distantes dos cartões-postais do Rio de Janeiro. Não era interessante que estrangeiros, ao visitarem o Rio, se deparassem com toda a pobreza e desigualdade social presentes nas favelas.

No entanto, o crescimento da violência urbana, a impossibilidade de ignorar as desigualdades sociais que se originavam dessa violência e a necessidade de trabalhar para que esses problemas não trouxessem prejuízos ao setor turístico gerou mudança de ponto de vista em relação à função turística das favelas. Em vez de mantê-las longe do mapa turístico do Rio, elas foram transformadas em cartões-postais e o que foi assistido ao longo dos anos foi um enorme crescimento na demanda de visitantes estrangeiros a esses locais. Entretanto, apesar dessa transformação, o grande erro das autoridades foi não incluir no plano o combate à pobreza e à criminalidade existentes nesses locais.

A implantação das UPPs visando à pacificação nesses territórios é, talvez, a continuação desse pensamento que introduziu as favelas ao mapa turístico carioca. Diferentemente do que era feito anteriormente, há uma busca para reprimir as facções criminosas. O interesse é, obviamente, pacificar o Rio de Janeiro até a data dos dois grandes eventos internacionais que passaram pelo Rio: a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016.

É óbvio que a atenção internacional estará voltada para o Brasil e o Rio de Janeiro durante a realização destes eventos e não é interesse do Estado que haja uma onda de ataques das facções criminosas semelhantes ao episódio da troca de tiros que aconteceu recentemente em frente a um hotel de luxo em São Conrado, manchando internacionalmente a imagem turística do Rio. Em 2007, durante os Jogos Panamericanos, a política de segurança pública foi acionar praticamente todo o contingente da polícia e colocar patrulhas nas ruas, de forma sem precedentes no cotidiano carioca, o que acabou gerando a falsa sensação de segurança durante o curto tempo no qual o evento foi realizado.

Com a instalação das UPPs e a proximidade dos mega eventos, a política de segurança passa a ser prévia, e o trabalho policial se inicia anos antes da realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, tornando-se esse o grande diferencial das políticas realizadas anteriormente.

3.1. A cobertura da mídia nacional e internacional – "All eyes are watching us"

Diante da crise dos padrões da mídia, tais como a imparcialidade e a objetividade, é fato que a produção de notícias passou por mudanças drásticas que resultaram num processo de produção nas últimas cinco décadas. Ainda mais quando se trata de segurança pública, onde a imparcialidade e a objetividade são colocadas em xeque, pois o que está em jogo não é só mera informação, mas um produto de alto valor.

A fronteira entre a informação e a notícia ficou distante, uma vez que, sendo produto de consumo, a notícia não necessariamente necessita de uma informação para que seja veiculada. A simples espetacularização de um fato já lhe confere o *status* de notícia, e a produção e a propagação desse modelo só se intensificou com as novas tecnologias, (MARCONDES FILHO, 2000, p. 37).

Das produções das mídias e seus sentidos;

Reverberado por variados tipos de mídias, a favela ganha na contemporaneidade uma gama variada de concepções, sendo captadas de forma dicotômica:

Por um lado, temos a favela entrevista como local de violência, narcotráfico, escassez e pobreza e, por outro, há a celebração da favela como a “comunidade imaginada”, o local da invenção popular e de agenciamento político. A política “pacificadora” ganha os noticiários com a expansão e dominação dos territórios antes sob domínio das facções criminosas. (JAGUARIBE, 2010, p.12)

Esta linha tênue em que a favela é colocada diariamente pode ser vista nos noticiários que mostram a face marginal, causando o repúdio e a pena da sociedade, mas que é contraposta por outra imagem que destaca a eferescência da cultura, berço do samba e da sabedoria popular contidas nesse lugar. As estéticas da favela ganham campo e ultrapassam a produção midiática por meio de oficinas como a ONG *Associação Projeto Roda Viva*, que atua no Borel há 21 anos, mas que com a “pacificação” consegue executar o trabalho de capacitação e aulas extracurriculares para comunidade, constituindo uma estética realista e antropológica legitimada pelo olhar produzido dentro da comunidade.

Em contraposição as reportagens que citavam um “estado de guerra” emoldurando a violência urbana que há tanto tempo assola a cidade do Rio de Janeiro, surge a última “novidade”: a UPP. Fomentada pelo apoio da imprensa a essa intervenção estatal, é vista

como a “salvação” do território carioca. Porém é preciso analisar como a enunciação do discurso sobre essa política pública, que, desde o término de 2008, leva o “asfalto” para o morro, tal como um “processo civilizatório”, ocorre nas publicações .

O objeto de estudo repousa nessa fase do trabalho sobre exposições feitas nos meios de comunicação acerca da temática e os modelos discursivos por elas assumidos. Frequentemente parciais, “as exposições são difusoras de um pensamento cultural, que causam o efeito de ser muito mais do que uma informação, e sim, um produto cultural” (MOTTA, 2002. p.2). Todas as ações das Unidades de Polícia Pacificadora foram acompanhadas de perto pela imprensa, desde a retomada do território, passando pelo reestabelecimento da cidadania com a regularização dos serviços prestados até ocupação do Estado no papel da polícia de cunho social. Os enfoques de notícias são variados e indicam a pluralidade de noções que os meios informativos possuem do tema.

De maneira a sintetizar e sistematizar essa análise, foram selecionadas por algumas matérias de algum modo expressam o discurso embutido na informação veiculada. Não é nossa intenção fazer uma análise sistemática da narrativa jornalística, mas apresentar exemplos de alguns discursos jornalísticos que interpretam de maneira diversa a ação da UPP.

Primeiramente o site *Centro de Mídia Independente (CMI)*, que se autointitula “alternativo a grande mídia”, publicou no dia 24 de setembro de 2010 a matéria “UPP: segregação urbana, criminalização da resistência e violência policial”, de Antonio Carlos Carvalho¹⁹.

A publicação classifica o processo de “pacificação” como a “expressão concreta da produção capitalista” enxergando a política em questão como uma maneira de transportar a máquina capitalista para as comunidades e fazer delas um enorme mercado consumidor atentando que estas medidas só potencializarão as desigualdades sociais.

A introdução das UPPs surgiu juntamente com o retorno das políticas de remoção abandonadas desde a época da ditadura militar, que reaparecem sob a forma de condenação de áreas de risco, a colocação de muros cercando as favelas com justificativa ecológica e os chamados choques de ordem. Essas políticas são complementares e tem como objetivo comum acentuar a segregação sócio-espacial da cidade do Rio de Janeiro, garantindo os lucros para as classes exploradoras que vão se beneficiar das ações do Estado e expulsando a população pobre que não tem como pagar para viver bem. (CARVALHO, 2010)

¹⁹ Publicado em <http://www.midiaindependente.org/>. Acessado em 25 de setembro de 2010.

O autor molda seu discurso na adjetivação contundente, um tratamento comum em publicações não pertencentes a chamada grande mídia, mesmo em momentos em que o texto mostra contradições (quando, por exemplo, delimita a posição geográfica das UPPs em zonas pré-escolhidas, relegando o deslocamento da violência para periferia).

No caso da matéria publicada na revista *Veja*, em 1º de dezembro de 2010, observa-se, uma abordagem diametralmente oposta. O título da reportagem, *A guerra começa a ser vencida*, de Ronaldo Soares e Roberta de Abreu Lima – já denota o enfoque pró Estado que a revista assumirá. O veículo, que é amplamente conhecido e de orientação conservadora e direitista, molda o discurso da publicação em uma dicotomia entre bem e o mal, que já se opõe ao novo modelo de política atuante, que prioriza o cunho social e não uma dramaturgia entre “bandidos e mocinhos”²⁰.

A batalha do bem contra o mal mais uma vez travado no Rio de Janeiro – agora, com tintas de Armagedom. A cena dos blindados da marinha adentrando a favela de Vila Cruzeiro, no bairro suburbano da Penha, um símbolo do poderio do tráfico no Rio de Janeiro, marcou, na quinta-feira passada, um momento histórico do combate a crime na cidade. Ali, onde a bandidagem havia montado seu principal centro de distribuição de drogas, armas e munição para morros cariocas, o estado mostrou, finalmente, quem detém o monopólio da força. (SOARES & LIMA, 2010)

O discurso de *Veja* é pautado a partir de uma ótica burguesa, em que o Estado deve preservar a hegemonia do modelo vigente não aceitando reações, e de maneira geral se mostra contrário à posição tomada pela narrativa apresentada no site do *CMI*. A incorporação dos processos sociais nos discursos das publicações evidencia uma forma de ver o mundo, e disponibilizado à população, constituindo o pensamento cultural que Luiz Gonzaga Motta conceitua em *Para uma antropologia da notícia*.

Diferente dos exemplos acima citados que observam as instalações das UPPs com um olhar distanciado, o *Blog da Pacificação*, de Camilo Coelho, procura explorar o lado humano das comunidades, que geralmente não tem espaço nas mídias de grande circulação. “Quero mostrar as pessoas de bem que moram nesses locais onde, durante anos, o Estado só fazia breves intervenções com ações policiais. Mas depois ia embora, deixando o controle da região com esses traficantes de drogas”, afirma Camilo Coelho na descrição de seu blog, cujo

²⁰ A matéria estava disponível apenas na versão impressa da Revista *Veja*, e não na versão online. Entretanto, o texto pode ser encontrado na seção de assessoria de imprensa (clipping) do site da Força Aérea Brasileira: http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?datan=29/11/2010&page=mostra_notimpol#20. Acesso em dezembro de 2010.

trabalho dedicado ao jornalismo comunitário contribui gradualmente para integração de uma cidade outrora esfacelada.

Sediar a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos só fez aumentar a cobertura dos meios de comunicação do exterior centrando suas temáticas na cidade do Rio de Janeiro, em particular, e no Brasil de maneira geral. A retomada e o cerco de áreas antes ocupadas pelo tráfico são destaques. Segundo informações publicadas no portal de notícias UOL, o *El País*, jornal de grande circulação na Espanha, em matéria com o título “Lula coloca as Forças Armadas na guerra contra o tráfico no Rio”, optou por exaltar a reação dos moradores com a passagem dos carros da Marinha na operação feita na Vila Cruzeiro²¹. O periódico marcou sua posição junto à ação apreendida pelo Estado, e tal como *Veja*, procura ver a alternativa da “pacificação” e retomada de território de maneira positiva.

Pela pequena amostra das matérias selecionadas, pode-se perceber a função de sentinela que os meios de comunicação desempenham, reproduzindo em certa medida o panoptismo descrito por Foucault. “A inspeção funciona constantemente. O olhar está alerta em toda parte” (FOUCAULT, 1991, p.173). Por conseguinte ao registro dos acontecimentos sob o título que “**all eyes are watching us**”, os meios apresentam suas representações sociais que apontam para uma multiplicidade de organização de pensamento do mundo; das conservadoras, as classificadas independentes e as que visam um olhar focado na comunidade, por exemplo.

Das ações alternativas da mídia e atores sociais;

Na quinta reunião da “Rede”, realizada na ONG Associação Projeto Roda Viva no Complexo do Borel, diversos atores sociais que desempenham papel importante se fizeram presentes e colocaram em pauta discussões sobre melhorias a serem feitas na comunidade. Acerca da mobilização e da articulação, o Canal Futura propôs a saída da pauta convencional de forma a trazer a voz da comunidade para o canal.

Representado por Priscila Pereira, analista de Mobilização, o Canal Futura tem o projeto denominado *Sala Futura*, um espaço de acesso para comunidade com midiateca e coletânea dos programas do canal, que pretende dialogar com os trabalhos já produzidos na comunidade. O canal fica responsável por trazer o conteúdo para produção, e assim capacitar líderes da área para que eles mesmos gerenciem posteriormente o projeto. De maneira geral, o

²¹ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/temas/rio-guerra-contra-o-traffic/noticias/?next=0004H291U26N>.

projeto visa através da parceria com a comunidade a valorização da cultura local abrindo um canal de discussão sobre as prioridades do Borel.

Aplicado com sucesso em Vigário Geral em parceria com o Afroreggae, a *Sala Futura* tem na midiateca um pólo de circulação de conteúdo dentro da comunidade. A Sala representa um modo de produção de mídias que não é valorizada pela grande rede e um modelo de oposição onde a grande mídia apoia a produção de conteúdo de uma região marginalizada gerando atores sociais atuantes em um terceiro setor.

O fortalecimento de líderes na comunidade marca a retomada de um processo gradual de “independência”, em que a ONG Associação Projeto Roda Viva, situada na Chácara do Céu, no Complexo do Borel, representa por suas atividades a capacitação das pessoas da comunidade, que, em conjunto com a Sala Futura, pode deixar ser ouvida a forma de ver o mundo das pessoas que vivem nesta área pacificada. O projeto ainda está em fase de implantação.

Considerações sobre a atuação da mídia

Em matéria no Observatório da Imprensa no dia 30 de novembro de 2010, Muniz Sodré sintetiza a atuação da mídia no episódio da ocupação policial na Vila Cruzeiro, mostrando como, de maneira geral, a notícia é tratada quando o tema é política de segurança pública e suas consequências: “A cobertura jornalística dos acontecimentos, a televisiva principalmente, revelou o anacronismo cívico de um jornalismo puramente ‘técnico’, movido pelo espetáculo do fato e praticado nos moldes de uma presumida filmagem, ao vivo, da realidade” (SODRÉ, 2010)²².

Muniz observa que a mídia é objeto de preocupação, destacando a transmissão ou a publicação irresponsável como a realizada em tons de espetacularização pela TV Globo na fuga desesperada de criminosos. As atuações da mídia vão muito além da atração de receptores para o consumo de um dado sistema cultural. É preciso debater mais do que simplesmente expor os acontecimentos. E essa tem sido a postura da mídia quanto as UPPs: mostrar os fatos que as pessoas querem ouvir, sem discutir mais profundamente suas consequências em longo prazo; ou pior, as consequências que afetam as pessoas mais vulneráveis.

²² Matéria disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/edition_section/618. Acesso em 30 de novembro de 2010.

Tanto é que, passado o episódio da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, a fome da imprensa pelas notícias relacionadas às UPPs diminui de maneira significativa; talvez porque o espetáculo deixou de ser novidade. E só voltaram a se repetir na mesma escala com as pacificações das comunidades da Rocinha e do Vidigal, por representarem, em uma escala muito maior – por se tratar da Zona Sul do Rio de Janeiro, de comunidades com um grande número de pessoas e de áreas de alto impacto turístico –, o mesmo que os morros do Borel e do Turano representam para a região da Grande Tijuca.

3.2. O que aguardar a seguir

Mesmo com a ocupação de 21 comunidades até o momento, o número de traficantes e bandidos presos, seja em flagrante ou por mandato judicial, está muito aquém do que a população esperava. Com o aviso prévio por parte das autoridades de que tal comunidade seria invadida, a evasão pôde ser concretizada. Por mais que essa postura de aviso tenha evitado tiroteios e confrontos, que poderiam vir a ferir civis, também permitiu a fuga dos maiores nomes das facções.

Inicialmente, os maiores redutos do tráfico, Rocinha e Complexo do Alemão, receberam boa parte dos marginais de médio porte fugidos das zonas dominadas pela polícia militar, enquanto outros se abrigaram em pequenas favelas da Baixada. Segundo entrevistas realizadas com moradores, alguns dos grandes chefes do tráfico saíram do estado e até mesmo do país, e estão aguardando a hora certa para retornar e retomar seu território. Em seguida, o aumento da criminalidade em regiões e cidades vizinhas do Rio de Janeiro foi a prova de que muitos destes criminosos haviam migrado para a Região Serrana ou para a Baixada Fluminense.

Com a paz reinando nos becos da favela, a população agora está aflita com as ruas e os locais que, antes calmos, veem os índices de criminalidade subirem assustadoramente. Como por exemplo, na última semana de novembro de 2010, com os ataques a veículos em vários pontos da cidade, organizados por traficantes que se rebelavam contra a atuação das UPP's.

Ao analisar dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), da AISP6, área que engloba os morros do Turano e Borel, assim como a Grande Tijuca, pode-se verificar uma clara diminuição do índice de roubos e homicídios dolosos após a implantação das Unidades

de Polícia Pacificadora. O roubo de veículos teve queda de mais de 50%, enquanto o roubo a transeuntes diminuiu mais de 17%. Roubos em geral chegaram a diminuir 29%²³.

Apesar de esta ser uma conquista, houve ainda o aumento substancial dos registros de ocorrências domésticas, cujo número aumentou em cerca de 17%. Como disse o Capitão Beltran, “é evidente que, instalada a UPP, crimes menores como agressões e brigas familiares sejam notificadas à polícia. Coisa que antes não era feita, pois era o Tribunal do Tráfico quem mandava.” Entre esses registros pode-se perceber o aumento do número das ameaças, em 62%, e de lesão corporal dolosa, em 36,6%.

O aspecto mais interessante que se pode destacar a partir da análise dos dados diz respeito das apreensões de armas, que caiu em aproximadamente 50%. Isso provavelmente se justifica por uma série de fatores, entre os quais: a fuga de criminosos das comunidades ocupadas da região para as mais distantes, como foi possível perceber nas imagens da ocupação da Vila Cruzeiro; ao fato de que, com a instalação das UPPs, a apreensão de armas diminuiu na medida em que a própria circulação e entrada de armas nas comunidades são reduzidas; e ainda, a algo que o próprio capitão Beltran, do Turano, disse:

Agora, com as pacificações, os próprios traficantes não têm mais que se armar. As facções rivais não lutam mais entre si, e, por isso, os bandidos não precisam mais se armar da mesma maneira ostensiva como faziam antes, quando estavam em guerra uns com os outros e com a polícia.

Comparado com o período anterior às pacificações, voltando a análise de dados para a Capital, o cenário encontrado é bem parecido, com queda no número de roubos de veículos, ainda que em porcentagem menor, beirando os 14%. Os roubos em geral diminuíram em 12%. Enquanto isso o número de armas e drogas apreendidas na capital também caiu, chegando aos 45% e 38%, respectivamente.

Mas esse cenário sofreu forte interferência devido à ocupação do Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro, que resultou na apreensão de mais de 35 toneladas de drogas e mais de 135 armas.

Os números parecem bem animadores, mas a população não acredita totalmente neles. Entre os entrevistados durante o trabalho de campo, muitos criticaram a ação como uma medida paliativa e se disseram se sentirem ainda mais inseguros na rua. Mesmo com a fuga de parte dos traficantes, seus familiares, amigos e filhos ainda continuam na comunidade.

²³ Dados obtidos no site do Instituto de Segurança Pública: www.isp.rj.gov.br. Acesso em dezembro de 2011.

Moradores, e até mesmo policiais reconhecem que ainda há tráfico de drogas e armas nos locais aonde estão implantadas as UPPs.



4. CONCLUSÃO

O Estado para se manter no poder tem que agradar aos interesses da classe dominante. No atual sistema socioeconômico, o grupo com maior poder, na maioria das vezes, coincide com o que possui maior poder aquisitivo. Isso explica, em grande parte porque nas favelas, territórios em que moram pessoas mais pobres, o poder público chega tão debilmente. Se a pavimentação do Leblon fosse igual a do Turano certamente o prefeito não duraria muitos meses.

O que ocorreu nas favelas pacificadas, segundo as entrevistas realizadas, foi o desarmamento do tráfico de drogas, e a conseqüente redução nos índices de violência da região. Mas a segurança é apenas um dos problemas na vida dos moradores. Existem ainda muitos outros que persistem e que o governo não parece estar tão interessado em resolver – pelo menos não tão rapidamente; pelo menos não antes de 2014 ou 2016...

É interessante também notar que a questão da segurança é o único problema na vida dos moradores das comunidades que afeta também a vida das camadas mais ricas da sociedade. Basta um exemplo: o Carrefour da Usina que fica localizado na base do Borel e que foi fechado por causa de tiroteios, arrastões e assaltos. As escolas insuficientes, a falta de hospitais, saneamento básico, iluminação, água, rede elétrica, tudo isso está em segundo plano; a grande questão é a segurança, que é, não por acaso, a única que afeta não apenas o proprietário do Carrefour, mas todos os que tem casas e apartamentos na região, que sofre com uma grave desvalorização imobiliária. Não que a segurança não seja um problema sério: tanto o é que os moradores das favelas, em sua maioria, são abertamente a favor das UPPs e dizem em alto e bom som que as UPPs melhoraram a vida na comunidade. No entanto, a maioria também afirmou que as UPPs não mudaram “grandes coisas [*sic*]” em suas vidas. Uma líder comunitária chegou mesmo a dizer “só mudou a sigla: era CV, agora é UPP”.

E essa diferença de tratamento entre os mais ricos e os mais pobres por parte do Estado, também pode ser percebida na polícia. Existem inúmeras festas na Zona Sul do Rio de Janeiro, e em outras regiões do “asfalto”, em que ocorre o consumo excessivo de drogas e que, no entanto não são proibidas, ao passo que os bailes funk foram proibidos tanto no Borel quanto no Turano.

Desse modo, dentre as muitas conclusões possíveis sobre a relação dos moradores das comunidades pacificadas, as principais são:

- a) No Turano, a UPP está ali primeiramente para acabar com a violência. Apesar de alguns projetos sociais das quais participam, os policiais não parecem ter como objetivo se integrar completamente à vida na comunidade. Eles estão ali para cumprir uma meta, que ainda tem como vantagem “extra” ser um diferencial na remuneração, no currículo e no status dentro da própria corporação.

A preocupação é a segurança das pessoas na comunidade, o que se reflete de forma bastante visível na maneira como fui tratado e protegido pelos policiais. Quando perguntei se ele gostava de estar ali, o capitão foi bastante sincero e disse que não, mas que aquilo teria um valor inestimável para a sua carreira.

Isso acaba gerando um sentimento de desagrado entre os moradores, em virtude da rigidez de comportamento exigida. Em um momento bastante desagradável, eu estava caminhando pela comunidade com os policiais Harley e Araújo quando este último passou por um rapaz, que estava sentado no chão, e, apontando o fuzil pra ele, pediu que levantasse a camisa.

- b) Essa política do não-envolvimento no morro do Turano também cria um ressentimento visível e palpável com os representantes da Associação dos Moradores. O capitão Beltran diz que o distanciamento entre as entidades se baseia no envolvimento dos representantes da Associação com o tráfico, e em esquemas de corrupção que datam da época do domínio do tráfico e persistem, ainda que em menor escala, até depois da implantação da UPP. Por sua vez, o representante da Associação que me atendeu, Cláudio, alega ser culpa do capitão a pequena quantidade de recursos que chegou ao Turano até o momento, já que seria dependente da movimentação e do planejamento dos policiais da UPP. Por diversas vezes, ele citou o morro do Borel como exemplo positivo de ação da polícia, e comentou ainda o esforço e o empenho do capitão Amaral em atividades sociais, como o trailer com cursos de profissionais de salões de beleza gratuitos promovidos pelo SENAC, que fica estacionado na entrada do morro do Borel.
- c) Nesse sentido, é interessante ainda observar que, quando perguntados se a UPP tinha algum prazo para sair do Turano, o capitão Beltran disse que a meta era sair depois de 2016... Aparentemente, a Polícia havia arrendado um terreno novo para instalação da sua nova base de treinamento atrás da Universidade Estácio de Sá, por um prazo contratual de 40 anos, que teria início em 2017. Mas é muito difícil saber até que ponto isso é verdade,

uma vez que a falta de transparência e publicidade das ações da polícia (assim como a da maioria dos órgãos públicos) e a coincidência com o calendário dos megaeventos são bastante preocupantes. Já o capitão Amaral, do Borel, disse que não tem planos de sair dali, e que se depender dele, ficaria ali ainda por um bom tempo.

- d) No Borel, por outro lado, há um envolvimento quase excessivo dos policiais, o que tem um lado bom e ruim.

O lado bom se manifesta nas ações dos próprios policiais, que organizam torneios de futebol para as crianças, dão aulas de ginástica para pessoas da terceira idade, e na pessoa do próprio capitão Amaral, que dá palestras sobre a UPP, em uma tentativa de atrair investimentos e projetos sociais para a comunidade. O capitão organiza ações por toda a comunidade, além de promover a segurança. Tanto é que não recebi dele nenhum tipo de tratamento “especial” em momento algum: disse que eu podia andar onde quisesse, sem acompanhamento policial, e que não haveria problema, numa tentativa de algo que se assemelhava verdadeiramente a uma integração. A única coisa que me ofereceu, ao final de apenas um dia de visitas, foi uma carona para descer o morro; o que achei melhor recusar por conselho da Mônica, que disse que eu não seria bem-visto na favela se andasse demais com os policiais. Ela, aliás, é uma das que olha com mais cautela para a ação da polícia no Borel, e falou que não gosta dessa postura de “cuidar dos nativos” que sente nos policiais. Ela, inclusive, foi a única pessoa entre os entrevistados que usou, ainda que com certo sarcasmo, a expressão “processo civilizatório”, como descrição do trabalho dos policiais no Borel.

O lado ruim se traduz em momentos em que ocorre a intromissão dos soldados da UPP em assuntos que vão além da segurança, como na ordenação de serviços como o mototáxi (que, segundo o capitão, é utilizado na maioria das vezes como meio de entrada e saída de drogas das comunidades) e, o maior motivo de problemas, as restrições aos bailes funk, justamente os tipos de situação em que excessos são cometidos. Ainda nesse sentido, e baseada no incidente com os fogos de artifício e a repressão equivocada das comemorações de uma família da comunidade, Roberta, a líder da Associação dos Moradores do Borel, sugeriu com bastante veemência à representante da UPP Social, Monique, também presente na reunião, que organizasse um curso para ensinar os policiais a maneira certa de abordar os moradores da comunidade, e ainda teceu uma série de elogios ao capitão Beltran, do morro do Turano, por sua postura adequada em relação

à comunidade. O medo destas lideranças comunitárias é a troca de um modelo “tirânico” por outro, só que pior, por contar com o apoio e o aval da máquina estatal.

O capitão Amaral não citou o incidente mencionado por Roberta em particular, mas falou com naturalidade que seus homens às vezes cometiam excessos, em decorrência da frustração do relacionamento com os moradores. Conforme mencionado anteriormente, o Borel tem uma tradição de resistência às autoridades: segundo relatos, o morro foi o primeiro a resistir aos planos de remoção da década de 1960, e os moradores também não se dobravam aos mandos e desmandos das facções criminosas que dominavam as comunidades, e as influências dos grandes traficantes ainda são muito fortes. Além do mais, são décadas de uma relação conflituosa, marcada por sentimentos de ódio e desconfiança, entre os moradores de favelas e os policiais antigos, que, apesar da diferença atual, jamais poderão ser resolvidos em curto prazo. A mudança tem que ser de mentalidade, de ambas as partes, e também na relação de confiança, para que seja possível o diálogo.

- e) Um aspecto bastante interessante é o apoio dos policiais, de ambas as UPPs, tanto à cobertura da mídia, que segundo eles prestou um serviço de valor inestimável no episódio dos atentados e da ocupação do Complexo do Alemão, bem como os ambiciosos projetos do governo do PAC e do PAC 2. As lideranças comunitárias, por outro lado, olham com um pouco de receio e bastante descaso para a atitude extremamente “solidária” dos meios de comunicação, por se tratar de uma novidade na área dos projetos de segurança pública. Eles também não veem com bons olhos o dispêndio de verbas que beiram bilhões de reais em projetos como um “monorail” que conecte as favelas da Tijuca, quando ainda há tantas áreas tão deficientes como saúde, lazer, saneamento, ao passo que os policiais acham essas iniciativas válidas, por agregarem valor a favela como um todo, e por melhorarem a autoestima dos moradores.

Apenas duas coisas são certas: a primeira é que o tempo é um fator crucial. Ambas as ocupações aconteceram num intervalo de tempo relativamente pequeno (entre três e quatro meses) e, por mais que o Borel possa parecer bastante adiantado em relação ao Turano, pode-se ver que ainda há muito a se fazer.

O capitão Amaral disse na entrevista que começou a “inundar” a comunidade de projetos dois meses após a ocupação, e se irrita bastante com a falta de interesse das pessoas

em algumas conquistas na área social. Ele ainda trabalha com muitas doações e contatos, o que, realmente, é algo que leva mais tempo.

No Turano, a ausência de uma rede bem articulada entre moradores, líderes comunitários, ONGs e representantes de projetos sociais torna essa busca por recursos mais difícil, e é um dos motivos do atraso na área social. Mas se pensarmos nos frutos que ainda podem ser colhidos, e que podem ser vistos em comunidades como o Santa Marta, que hoje já recebe grandes eventos internacionais, como corridas de motocross, e já se tornou locação oficial de produtos de mídia que tem por ambiente as favelas, os resultados que se tem hoje estão na exata meia medida entre o que era a favela abandonada pelo Estado e a favela integrada à sociedade. E considerando as décadas de descaso, metade do caminho andado não é algo que se deva olhar com descaso.

A segunda, e que é a mais interessante conclusão a respeito das comunidades que se pode chegar com os depoimentos colhidos, é que nenhuma delas está completamente satisfeita com a Polícia Pacificadora: não quanto à segurança, onde a maioria parece estar bastante satisfeita, mas, sim, no que diz respeito aos projetos que integram não o território à cidade, mas os indivíduos à sociedade. Na busca por cidadania, cada comunidade elogia e queria ter o capitão da outra, acha que a outra está mais avançada, acha que tudo deveria ser feito como nas demais. Isso nada mais é do que a mais pura natureza humana, se manifestando em sua forma mais fundamental: a grama do vizinho é sempre mais verde... E é justamente por isso que um projeto que, no papel, é objetivo, acaba sendo tão – humanamente – subjetivo.

5. BIBLIOGRAFIA

CERQUEIRA, Sofia; BRISO, Caio Barretto. Agora é Guerra. Revista Veja Rio Ano 20 - N° 48

DAMATTA, R. Você Sabe com Quem Está Falando? Um Ensaio sobre a Distinção entre Indivíduo e Pessoa no Brasil, in R. DaMatta *Carnavais, Malandros e Heróis*, Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1979

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. 116 p.

WEBSITES:

Blog da Pacificação. COELHO, Camilo: <http://www.blogdapacificacao.com.br>

Diário de um juiz. DA SILVA, Carlos Henrique Jardim: www.diariodeumjuiz.com

IG Último Segundo. GOMIDE, Raphael: <http://ultimosegundo.ig.com.br>

Wikipedia.: <http://pt.wikipedia.org>

Blog Passa Palavra: <http://passapalavra.info.com>

UPP repórter: <http://upprj.com>

Instituto de Segurança Pública: <http://isp.rj.gov.br>.

CDI: www.cdi.org.br

Blog de um praça. UPP – as verdades: <http://sobreviventenapmerj.blogspot.com>

Brasil Alerta: www.brasilalerta.com.br

Viva Favela: www.vivafavela.com.br

Jornal Extra Online: extra.globo.com

Jornal O Globo Online: oglobo.globo.com

Central de Mídia Independente: midia independente.org

Portal de Notícias Terra: noticias.terra.com.br

Observatório da Imprensa: www.observatoriodaimprensa.com.br

Portal de Notícias G1: g1.globo.com

Revista Veja: veja.abril.com.br

UOL Notícias: noticias.uol.com.br

Força Aérea Brasileira: <http://www.fab.mil.br>